

MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 03/19

Data da Sessão: 15 de abril de 2019

Início da Sessão: 15.00 horas Fim da Sessão: 19.15 horas

Composição da Mesa:

Presidente: Fernando Jorge dos Ramos
1º Secretário: Carlos Lucas Correia
2º Secretário: Célia Margarida dos Santos Craveiro

Aos 15 dias do mês de abril do ano de 2019, no Salão Nobre dos Paços do Município,
reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, com a seguinte
ordem de trabalhos:
1. Período de Antes da Ordem do Dia
2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c),
nº 2, do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação
3. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, os Documentos de Prestação de Contas
2018
4. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a 2.ª Revisão ao Orçamento 2019 e Grandes
Opções do Plano 2019-2022
5. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Constituição de Empresa Intermunicipal
(Município de Mira, Município de Montemor-o-Velho e Município de Soure) e integração do
Município de Montemor-o-Velho na mesma, bem como a agregação dos serviços de água,
saneamento e outros serviços - Aprovação das alterações aos documentos para a Constituição.
6. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Alteração do Regulamento do Serviço de
Abastecimento de Água e do Serviço de Saneamento de Águas Residuais do Município de
Montemor-o-Velho – Proposta final
7. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Pedido de reconhecimento de interesse
público apresentado pela empresa DE PEDRA E CAL, LDA, para o local de Fornos, freguesia de
Arazede – Processo n.º 06/2019/18
8. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a isenção de pagamento da taxa municipal
de utilização do Castelo de Montemor-o-Velho - Associação de Estudantes da Escola
Secundária de Montemor-o-Velho
9. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a isenção de pagamento da taxa municipal
de utilização do Castelo de Montemor-o-Velho - Encontro Viajar Tours 2019
10. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Proposta de Redefinição da Estrutura
Organizacional do Município de Montemor-o-Velho
11. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Proposta de Conformação do Mapa de
Pessoal à Redefinição da Estrutura Organizacional do Município de Montemor-o-Velho
12. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Proposta de
aprovação do Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais do Município de Montemor-o-
Velho – Criação de Unidades Orgânicas e respetivas competências

13. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Transferência de
competências para o Município no âmbito da saúde — Proposta de pronúncia nos termos do
n.º 2 do artigo 25.º do Decreto-Lei 23/2019 de 30 de janeiro
14. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, do Aditamento ao
Protocolo de Fornecimento de Refeições Escolares a crianças da Educação Pré-Escolar/ alunos
do 1.º Ciclo do Ensino Básico — 2018/2019
15. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Declaração alínea a
do n.º 1 do artigo 15º da Lei 8/2012
16. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Declaração alínea b
do n.º 1 do artigo 15º da Lei 8/2012
17. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, Liquidação / dissolução
da Empresa WRC – Agência de Desenvolvimento Regional, EIM, S.A
18. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Autorização genérica
para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Isenções e/ou reduções de
taxas – Listagem de Isenções e/ou reduções de taxas concedidas entre 01/02/2019 e
31/03/2019
19. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Autorização genérica
para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Compromissos Plurianuais
- Listagem de compromissos plurianuais assumidos entre 01/02/2019 e 31/03/2019
ADITAMENTO:
20. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Assunção de compromisso plurianual
Reabilitação Urbana em ARU - Reabilitação do edifício da antiga GNR
Usou da palavra o PMAM usou que disse: "Vou passar a palavra à senhora secretária
para que proceda à chamada"
Procedeu-se à verificação da existência de quórum, registando-se as seguintes
presenças:
Presenças – Mesa: Fernando Jorge dos Ramos, Carlos Lucas Correia e Célia Margarida dos Santos
Craveiro
Membros: Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge, Ana Cristina da Silva Jorge, António Augusto
Santos Torres, Maria Celeste Santos Oliveira Pires Duarte, Francisco José Couceiro Nobre,
Fernando Pereira Nunes Curto, José António Pecegueiro Ferreira Serrano, Maria João Batista
Sobreiro, Luís António Girão da Fonseca, Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo, Joaquim

António Graça Rainho, Rui Jorge Félix de Almeida, Álvaro António Mota Cavaleiro, em
substituição de Sílvia Reis Monteiro, Bruno Miguel Nunes Ferrão, em substituição de António
Monteiro Saltão, Tiago Dinis Santos Silva, em substituição de Camilo Jorge Gomes Coutinho
Lourenço, Elisa Maria Sá Pinto, em substituição de Telma Margarida Neves Simões, Renato Moço
Nogueira Ribeiro, em substituição de Marcelo Gustavo da Silva Ferreira, Ruben Emanuel Jorge
Soure, em substituição de Tânia Sofia Jesus Monteiro
Presidentes de Junta: Arazede, Carapinheira, Ereira, Liceia, Meãs, Pereira, Santo Varão,
Tentúgal, União das Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca, UF de Montemor-
o-Velho e Gatões e Secretária da JF Seixo
Executivo: Emílio Augusto Ferreira Torrão, Dulce Maria Melo Ferreira, José Jacírio Teixeira
Veríssimo, Aurélio Manuel Mendes Soveral da Rocha, e Alexandre Miguel Marques Pimentel
Leal
Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia
O PMAM, Fernando Jorge dos Ramos, deu início à reunião quando eram 15h15m.
Saudou os presentes e disse: "Temos quórum e vamos dar início à nossa sessão ordinária da
Assembleia Municipal
Duas ou três notas breves. A primeira, naturalmente, para vos dizer da minha felicidade
de estar aqui hoje a falar convosco e agradecer a todos aqueles que individualmente e
coletivamente me desejaram rápidas melhoras. Vai ser lento mas, muito obrigado pela vossa
solidariedade. É sempre bom reconhecer que para além das nossas discrepâncias, para além das
nossas desavenças políticas, existe, de facto, uma coisa que eu aprecio muito, que são os valores
humanistas desta Assembleia. Por isso, em meu nome pessoal, obrigado a todos pela vossa
solidariedade
Depois, uma palavra especial hoje para o Senhor Avelino Mota Cavaleiro, que hoje se
senta pela primeira vez nesta Assembleia, como membro da Assembleia Municipal. Bem-vindo,
bom trabalho e que esta experiência lhe sirva para, pelo menos, voltar cá quando necessário
Também uma palavra especial à nossa recente colaboradora nestas questões da
Assembleia, a Célia Ferreira que nos vai acompanhar aqui nesta nossa missão, juntamente com
a Elisa
Passadas estas questões breves, vamos então, à nossa ordem de trabalhos. Como vos
anunciei, gostaria de introduzir um ponto. Não vi nenhuma manifestação em contrário de aditar
o ponto 20. à nossa ordem de trabalhos que é: Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a

Assurição de compromisso pidriandar- Reabilitação Orbana em Ako - Reabilitação do edificio da
antiga GNR
Se não houver nenhuma oposição, a nossa Ordem de Trabalhos está aprovada com a
introdução deste vigésimo ponto
Desse ponto de vista, aprovada que está a nossa ordem de trabalhos, vamos à aprovação
da ata da última Assembleia Municipal de 21 de fevereiro de 2019
O PMAM deu a palavra ao membro Maria João Sobreiro (Coligação Por Montemor Tudo
e Sempre) que disse: "De facto, ficamos muito contentes que o Senhor Presidente hoje esteja
aqui connosco porque soubemos do acontecido, muito embora não com grandes pormenores
mas, sem dúvida que fazemos todo o gosto que esteja aqui em recuperação, desejando-lhe as
rápidas melhoras e que possa contar da nossa colaboração, que não poderá ser muita mas,
$\ \ \text{disponha.} \ \ \cdots$
Aproveitar e na sua pessoa cumprimentar o Senhor Presidente de Câmara, os ilustres
Vereadores e demais presentes nesta sala bem como os deputados municipais
Em relação à ata, eu detetei aqui uma situação que já tenho vindo a detetar e, também
já é uma situação antiga e, percebo que tudo aquilo que é retratado quer em moções,
requerimentos ou recomendações, estes documentos são juntos à ata como anexos, só que
depois, quando nos é enviada a ata, esses anexos não constam da ata. Também não constam
quando essas atas são publicadas no site do Município e, portanto aqui a nossa proposta em
relação a essa situação é uma de duas situações: ou de facto, esses documentos começam a vir
com a ata e nós temos conhecimento deles e também quem queira consultar as atas, também
o tem, ou começam a ser retratados esses documentos na ata em si, como é qualquer outro
ponto da ordem de trabalhos, porque não me parece muito democrático em relação aos outros
pontos da ordem de trabalhos, pois tudo o que é dito é retratado em ata e neste ponto, os
deputados têm muito trabalho a fazê-los, muitas vezes são preocupações que trazem das suas
comunidades, outras vezes são moções de congratulações que, é certo que as pessoas os
recebem, contudo achamos que não tem muita lógica que isto aconteça e, nós púnhamos aqui
estas duas propostas que é ou vêm os documentos para nós vermos e depois quando é
publicado no site do município eles estão lá também para consulta ou então, começa a ser
gravado e vem tudo no texto da ata."
Usou da palavra o PMAM que disse: "Sem problema, a ata é oficial, os anexos constam
da ata em papel. De facto, acho preferível como diz. Da próxima vez, os anexos vêm anexos à

ata, porque eles fazem parte da ata oficial e, passam também a estar disponiveis no site. Acho
que é mais claro, mais justo, porque se trata de facto daquilo que as pessoas escreveram,
disseram. Se for verificar as atas em papel, os anexos são parte integrante da ata."
Não havendo nenhuma alteração, a ata da sessão ordinária de 21 de fevereiro de 2018,
foi aprovada por unanimidade de acordo com o estipulado no n.º 3 do artigo 34.º do Código do
Procedimento Administrativo que refere: "Não participam na aprovação das atas os membros
que não tenham estado presentes na reunião a que elas respeitam"
Relativamente à listagem da correspondência recebida e expedida, para além da lista
que vos foi facultada e que podem consultar a qualquer momento, há os habituais pedidos de
substituição para esta sessão. Se quiserem consultar alguma dessa correspondência, estejam à
vontade para o fazer no Secretariado da Assembleia Municipal
Ainda uma questão prévia que gostaria de chamar a atenção a todos os membros da
Assembleia Municipal. Nós temos as comemorações do 25 de Abril. A convocatória para a sessão
extraordinária vai seguir, mas tinha-vos dado conhecimento do programa que penso que já
chegou a casa de toda a gente. Todavia, o êxito da caminhada ultrapassou todas as nossas
expetativas, isto é, nós tínhamos previsto por questões logísticas um máximo de 400 pessoas,
por isso tínhamos 400 camisolas, tínhamos reservado o almoço para 400 pessoas e as inscrições
esgotaram hoje. De qualquer maneira abrindo uma exceção, eu disse aos Serviços de Desporto
que qualquer elemento da Assembleia Municipal que quisesse participar lhe deveriam aceitar
ainda a inscrição, por isso apelo, por uma questão logística, como perceberam, agradecia se
quisessem participar, que fizessem a inscrição ainda hoje
Interrompo a sessão durante 3 minutos para apresentação de moções, requerimentos
e outros documentos que queiram apresentar à Assembleia."
Os trabalhos foram suspensos durante 3 minutos
Retomou a palavra o PMAM que disse: "Vamos retomar os nossos trabalhos. Eu passava
a palavra ao Senhor Primeiro Secretário, que tem uma moção de congratulação de aniversário.
Moção apresentada pelo Primeiro Secretário Carlos Lucas (PS) - Moção de
Congratulação de aniversário a diversas associações do concelho, conforme documento anexo
à presente ata, sob o número 01, e que foi aprovada por unanimidade
Moção apresentada pelo membro Lídia Pagaimo (Coligação Por Montemor Tudo e
Sempre) – Moção de Aniversário, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 02,
e que foi aprovada por unanimidade

Moção apresentada pelo membro Celeste Duarte (CDU) — Pelo Direito ao Transporte
público mais barato e acessível, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 03.
Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre)
que disse: "Uma vez que esta moção nos trás aqui algo de novo e nós temos uma ideia individual
sobre a mesma, eu gostaria de pedir ao Senhor Presidente algum tempo para nós reunirmos
com a nossa bancada e termos um sentido de voto sobre esta moção
De qualquer das formas, há aqui duas ou três coisas que eu quero dizer. Esta é uma
medida tremendamente injusta para o interior e para as áreas não metropolitanas de Lisboa e
do Porto. Essa é logo a primeira questão. Segundo, o Governo devia ter pensado noutras formas
de abranger também as outras regiões que não só Lisboa e Porto. Isto foi algo concertado, que
foi combinado, foi decidido e nós agora estamos aqui de facto a fazer moções porque estamos
preocupados, porque é tremendamente injusto com as populações que estão a ficar desertas e
cada vez mais porque não há qualquer tipo de incentivo. Portanto, o Governo devia, primeiro
que tudo, preocupar-se com isso: vamos fixar as pessoas no interior; vamos fixar as pessoas nas
zonas mais desfavorecidas e, a seguir vamos tomar outras medidas. Que tem todo o interesse
essa medida, sem dúvida alguma, porque até eventualmente para diminuir o trânsito dentro
dessas grandes cidades. Vamos ver. Eu espero que sim porque senão não servirá para nada, quer
dizer, normalmente até são as pessoas mais desfavorecidas que andam mais de transportes
públicos ou então, são aquelas que se preocupam mais com a ambiente, se bem que os
transportes públicos nem sempre resolvem os problemas às pessoas, porque uma pessoa que
saia de Mafra e que vá para Setúbal, demora três horas em transportes públicos e, se for de
carro, se calhar demora uma hora. Portanto, vale o que vale, todas estas situações. De qualquer
das formas, nós vamos pedir ao Senhor Presidente para fazermos aqui uma pequena reunião e
para decidirmos qual vai ser o nosso sentido."
Pediu a palavra o membro Celeste Duarte (CDU) que disse: "Só esclarecer o seguinte:
quando esta medida foi aprovada na sua fase inicial e houve estas críticas, todos ouvimos na
televisão, o que a Professora Cristina Jorge acabou de colocar aqui, as críticas eram legítimas,
mas era preciso fazer mais alguma coisa, para que isto não ficasse como estava e foi o que fez o
Partido Comunista e, como está aqui claramente explicado na Moção e, essas medidas que
vieram a ser aprovadas a seguir, resolvem este problema perfeitamente, daí esta moção e que
posso ceder escrito ao Grupo Parlamentar do PSD exatamente porque está aqui muito claro. O
que é pedido hoje, é que o nosso Executivo faça os esforços para que isto se aplique à nossa

região e ao nosso Concelho, porque ja ha medidas aprovadas nesse sentido. E preciso e que
agora o nosso Executivo faça a parte que lhe caiba."
Pediu a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: "Concordo com a interrupção
e solicitava uma cópia da moção para podermos ter acesso àquilo que se pede na deliberação
para podermos ter efetivamente um sentido de voto. Quando ao resto, desta vez estou de
acordo mesmo, acho que era preciso fazer alguma coisa. Começamos por Lisboa e Porto, se
calhar em termos de trânsito eram as mais caóticas e aquelas que mais necessitavam. Daqu
para a frente vamos ver pequenos passos, mas congratulamo-nos para já, com aquilo que já fo
feito."
Os trabalhos foram suspensos durante 5 minutos
Retomou a palavra o PMAM que disse: "Julgo que estamos em condições de retomar o
nossos trabalhos e, portanto, eu dou a palavra à bancada da Coligação Por Montemor Tudo e
Sempre
Usou da palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Por Montemor Tudo e
Sempre) que disse: "Nós, neste caso, temos uma proposta para fazer quer à mesa, quer à
proponente da moção. De facto, existem dentro deste texto várias questões que se prendem
com várias entidades e nós, de facto, gostaríamos de que esta moção fosse alterada no sentido
da sua ordem e também um bocadinho para nós podermos votar confortavelmente esta moção
no sentido de perceber junto da requerente, se é possível votar ponto por ponto, daquilo que e
indicado na moção, pois dessa forma, o nosso sentido de voto será um, caso não seja, o nosso
sentido de voto, será outro."
Pediu a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: Nós propúnhamos à Professora
Celeste Duarte se em vez de uma moção, não pretenderia transformar isto numa
recomendação, que teria todo o nosso apoio na medida em que há vários pedidos de
deliberação, com exigências de matérias que não são da competência da Assembleia Municipal
outras que mexem efetivamente com o orçamento da Câmara que se torna complicado e, para
além de que até, a questão do passe intermunicipal, até o próprio Executivo e esta Assembleia
noutra altura também já tinha inclusive tratado mas a questão das matérias que estão a ser aqu
abordadas que efetivamente não são da competência desta Assembleia, da maneira que estão
colocadas, considerando bom o princípio de efetivamente, o direito ao transporte público mais
barato e acessível, que há bocadinho já tinha dito isso, teria o nosso apoio se, efetivamente
fosse uma recomendação, agora como moção, nos termos em que está, será difícil."

Pediu a palavra o membro Celeste Duarte (CDU) que disse: "O intuito da CDU neste
documento é exatamente procurar garantir aos munícipes de Montemor que usufruam desta
medida extraordinária do orçamento de estado. Qualquer um destes pontos para nós, é
imprescindível e, portanto, lamento não poder aceitar que seja votado ponto a ponto, porque
não vejo aqui ponto nenhum que se possa dispensar para a prossecução do objetivo que é
garantir aos munícipes de Montemor, o que é garantido aos munícipes do Porto e de Lisboa e
das áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa. Consideramos que Montemor e os seus
Munícipes, têm os mesmos direitos dos outros Municípios, razão pela qual o PCP tanto lutou
para que a medida pudesse ser alargada a todo o país e, portanto, não pode a CDU aceder ao
pedido que foi feito pela bancada do PPD-PSD/CDS-PP
Eu gostaria muito que fosse votada enquanto moção, mas como o que nos interessa a
nós, como já disse e repito é o interesse dos nossos munícipes, acedo a que isso se transforme
numa recomendação."
O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: "Dizer que efetivamente, a moção
apresentada pela CDU, com todo o mérito que possa ter para a CDU e dentro da política e da
estratégia da CDU extravasa e muito as competências da Assembleia Municipal, há ali matérias
que são de outros órgãos, e portanto, naturalmente que a posição da Dr.ª Albertina está
corretíssima. Dar nota de que, e isto para informação, por isso o Senhor Presidente da
Assembleia me deu a palavra, a CIM-RC fez um estudo muito apurado sobre os passes nos
transportes públicos com imensas dificuldades, e tem técnicos especializados, nós não temos e
por isso delegamos essas competências neles, porque os sistemas informáticos das
transportadoras não estão devidamente preparados para dar as informações que a CIM-RC
pretendia, para se poder fazer uma avaliação correta da situação mas, garantiu uma redução
para Montemor e no caso concreto de Montemor, tanto por ferrovia, como rodovia uma
redução de 30% em todos os passes. Agora, fica do lado das operadoras, consumarem essa
redução de 30%. Isto foi a informação que eu recebi da CIM-RC já no último conselho
intermunicipal e que foi agora reafirmada há instantes pelo Senhor Diretor Executivo da CIM-
RC. Portanto, fica do lado das operadoras consumarem essa proposta de redução de 30% que
foi concretizada na CIM-RC."
Pediu a palavra o membro Celeste Duarte (CDU) que disse: "Senhor Presidente não deixa
de ser uma notícia boa, mas não é a boa notícia. Portanto, continua a ser importantíssimo este
documento que aqui trazemos porque há todo um processo que é preciso dar continuidade.

Esse pequeno avanço que o Senhor referiu é importante, mas é preciso garantir que se
concretize até ao fim o que hoje, a Lei do Orçamento de Estado pode proporcionar aos cidadãos
e portanto, eu espero que seja esse o caminho que se prossiga."
Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Por Montemor Tudo e
Sempre) que disse: "Só dar aqui duas notas. De facto, neste caso e, concordando aqui com a
ilustre líder de bancada do Partido Socialista, se entender que isto deverá ser votado como
recomendação, terá com certeza o acolhimento da nossa bancada, contudo não podemos deixar
de dizer que, e aí indo ao encontro daquilo que o Senhor Presidente de Câmara disse, existem
competências delegadas num órgão próprio, muito embora, claro que o ideal é sempre que
quantos mais benefícios nós podermos trazer à população, melhor, mas há aqui duas questões
que, neste caso, era importante de facto saber. O Partido comunista pretende que haja aqui o
passe entre 30€ a 40€, sendo estes limites máximos, mas, para isso temos que apurar qual é o
valor atual do passe e para onde. Isto é tudo muito bonito mas, depois, temos que concretizar
as coisas e portanto, nesses termos, sim senhor enquanto recomendação aceitaremos, porque
acho que todas as recomendações que nós possamos dar para melhorar as coisas, são sempre
importantes, agora não é vir com o discurso da geringonça apenas e somente e "está tudo bem,
vamos lá", porque as coisas de facto não são assim. Se querem apresentar as coisas, apresentem
em concreto, com questões em concreto."
Usou da palavra o PMAM que disse: "Eu julgo que está claro, a Senhora deputada
municipal da CDU insiste de facto, e bem, por questões políticas, que pretende ver votada a
Moção tal como foi apresentada. Já tentámos aqui às vezes outros acordos e não conseguimos
e, portanto, os proponentes têm sempre direito a fazer a sua proposta da forma como quiserem
e entenderem
Julgo que está claro para toda a Assembleia que vamos votar a Moção apresentada pela
senhora deputada Celeste Duarte, porque atenção que as recomendações não se votam, ficam
ao cargo do Senhor Presidente da Câmara. Normalmente o que é que as pessoas fazem? Depois
das recomendações, ou isso é aceite e colocado em prática ou evidentemente depois é
transformado numa moção. Eu tinha percebido, desculpe Dr.ª Celeste, que de facto, fazia
questão que fosse uma moção, para ficar bem claro e até pela sua posição, mas se for
recomendação, eu julgo que a Assembleia aceita a recomendação. Nunca votei nenhuma
recomendação e não é desta que a irei votar, a não ser que o exija, mas acho que não faz sentido,
porque uma recomendação é isso mesmo, uma recomendação

Portanto, vamos votar a moção nos termos em que foi apresentada, porque a senhora
deputada Celeste Duarte foi clara relativamente até a algumas sugestões que a bancada do PSD
apresentou
A moção apresentada pelo membro Celeste Duarte (CDU) — Pelo direito ao transporte
público mais barato e acessível, foi rejeitada por maioria com 18 votos contra da bancada do PS,
12 abstenções da bancada do PPD/PSD-CDS/PP e 1 voto a favor da bancada da CDU
Recomendação apresentada pelo membro Ana Cristina Jorge (Coligação Por Montemor
Tudo e Sempre) – Substituição do uso do plástico, conforme documento anexo à presente ata,
sob o número 04, e que foi remetida à Câmara Municipal
Requerimento apresentada pelo membro Ana Cristina Jorge (Coligação Por Montemor
Tudo e Sempre) – Contas descriminadas da iniciativa "Castelo Mágico", conforme documento
anexo à presente ata, sob o número 05, e que foi remetido à Câmara Municipal
Recomendação apresentada pelo membro Ana Cristina Jorge (Coligação Por Montemor
Tudo e Sempre) – Diligências efetuadas pelo município, conforme documento anexo à presente
ata, sob o número 06, e que foi remetido à Câmara Municipal
Moção de Parabéns/Voto de Pesar apresentado pelo PJF da Carapinheira, Victor
Monteiro – V Edição do Torneio de Futebol de Salão Inter-Freguesias, conforme documento
anexo à presente ata, sob o número 07, e que foi aprovada por unanimidade
Pediu a palavra o PJF da UF de Montemor-o-Velho e Gatões, António Pardal Bispo que
disse: "Cumprimento-o a si, as melhoras, que corra tudo bem, ao Senhor Presidente da Câmara,
a toda a Vereação e aos ilustres membros desta Assembleia. Terei que dizer membros porque
ainda há pouco tempo me chegou aqui aos ouvidos que não podemos chamar deputados
municipais
Esse é um assunto que nós mais tarde podemos ter aqui uma discussão sobre isto, para
não estarmos aqui a "chamar nomes" uns aos outros
O que me leva a fazer esta intervenção é no sentido de convidar toda a Assembleia a
assistir à inauguração de um monumento a todos os Combatentes do Ultramar 1961-1974 no
dia 25 de abril, pelas 12h00, no Largo Nossa Senhora do Desterro, cá em Montemor. É evidente
que com estas coisas, não houve muito tempo de incorporar a nossa iniciativa no programa da
digníssima Assembleia Municipal, que é muito preenchido, com certeza, mas não queria deixar
de passar esta mensagem
Vai ser uma simples homenagem de um povo desta Freguesia a todos aqueles que se

viram obrigados de 1961 a 1974 a ir para tal guerra e que muitos já não voltaram e ainda por lá
estão
Era este o convite que efetivamente eu queria fazer a todos e vão-me perdoar de não
termos conseguido colocar isto no programa mas, há bom português é sempre em cima do
joelho. Ajeitámos aqui o horário porque sei que há muito a fazer nesse dia."
Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre)
que disse: "A primeira questão, tem a ver com um ofício que recebi de resposta da Câmara
Municipal relativamente a uma solicitação que eu fiz sobre um relatório que pelos vistos há do
LNEC relativamente à ponte de Lavariz e que diz o seguinte:
"Solicitação de relatório escrito do LNEC relativo à ponte de Lavariz, por parte da
Coligação Por Montemor Tudo e Sempre — PPD-PSD/CDS-PP após diversas insistências junto da
APA, o relatório foi recebido a 06/02/2019 como confidencial, pelo que o mesmo pode ser
consultado nos Serviços, pelo representante da Bancada com o compromisso de reserva da
informação." Ora eu efetivamente, fiquei um bocadinho admirada com esta resposta, porque se
é tão confidencial, para já a ideia que eu tenho, na administração pública tudo pode ser
consultado, há coisas que não podem, que são os processos individuais das pessoas e,
efetivamente deve haver outra informação de caráter sigiloso, de qualquer das formas nós
iremos fazer esta consulta, fico eu mesma com muita reserva sobre o que está aqui escrito já à
partida. Porque isto já me leva a crer que há aqui qualquer coisa que não está bem. Portanto,
nós iremos consultar, com a reserva necessária, mas se algo não está bem, eu agradeço que o
Município, sem consultar o mesmo, tome as devidas diligências, para que as pessoas não andem
a circular em cima de um Pontão que, eventualmente poderá não oferecer as melhores
condições de segurança. Foi logo o que eu depreendi de tanta reserva e tanto sigilo
Uma outra questão também que queria alertar o Município para o seguinte: na estrada
entre Gatões e Casal do Raposo ainda existem algumas árvores caídas em cima ou de fios
elétricos ou de telefone desde a tempestade Leslie. Eu penso que será de telefone, mas não sou
expert na matéria, de qualquer das formas, penso que é uma questão que deverão mandar ver.
Eu sei que os pinhais e eucaliptais são privados, mas, de facto, o Município também tem que ver
estas questões. Passam ali dezenas, centenas de carros por dia, têm de estar seguras as pessoas
que passam
Uma outra questão que queria alertar o Senhor Presidente também, é o telhado do
telheiro do anfiteatro junto à Igreja da Misericórdia. Eu penso que todas aquelas telhas daquele

terreiro, que estao junto aquere arinteatro ja estao revantadas desde a artura do Lesne. Acontece
que há lá telhas completamente na iminência de queda. Eu penso que é do conhecimento de
todos que há muitas crianças naquele local, no tempo das interrupções letivas e das férias,
portanto, agradeço que mande ver aquilo rapidamente porque numa manhã, certamente, serão
repostas as telhas, digo eu
Também, junto à Igreja da Misericórdia, passei lá mesmo agora para ver. Fiquei com a
sensação que houve dois pilares de pedra que foram arrancados para tirarem o gradeamento e,
existiam lá, de facto, umas fitas da proteção civil que, entretanto, foram cortadas. O que é certo
é que, como devem estar a ver a entrada da Misericórdia, existe ali um declive ou uma
profundidade entre a quota da estrada e a entrada da Igreja para aí de um metro, portanto, o
mais descuidado, certamente vai cair ali naquele espaço, porque não tem ali qualquer tipo de
proteção portanto, que coloquem umas grades, até ver quem faz a obra. Coloquem qualquer
coisa. Eu sei que as pessoas, por vezes, não respeitam o que está, mas de qualquer das formas,
a Câmara tem que estar atenta e, estamos a falar aqui da Vila, estamos a falar de um monumento
e, tem que encontrar aqui um diálogo com a entidade que é dona da Igreja para ver se resolvem
aquele problema
Depois, queria também chamar aqui a atenção para a falta de limpeza e embelezamento
do Mercado Municipal, nós até iriamos sugerir aqui alguns vasos de flores, que não no chão,
porque as pessoas efetivamente ainda falta fazer aqui um caminho para as pessoas respeitarem
aquilo que está, mas pendurados nos pilares, qualquer coisa que, enfim embeleze ali aquele
espaço e, sobretudo que seja limpo. Que encontrem aqui uma plataforma de entendimento com
as várias pessoas que tem ali lojas e a Câmara também tem lá uma grande área, que é detentora
de uma área bastante grande, senão a maior do Mercado Municipal
Depois, relativamente ao Castelo Mágico, ainda está pendurado no Castelo um placard
com a mascote. Nós queremos perceber qual é a intenção. Já é para continuar para 2019,
estamos já a fazer esse anúncio? Foi esquecido? Há alguma intenção nisso? Há várias pessoas
que têm perguntado e portanto, nós trazemos também aqui essa questão
Muito mais grave do que isso é a limpeza das muralhas a poente. Portanto, a oeste,
virado para a Figueira, para os campos, que estão completamente pegadas aquelas paredes que,
algumas já não se vê pedra. Eu chamo a atenção às pessoas que olhem para o Castelo e vejam
como é que estão as muralhas. Basicamente, as heras é uma peste, degrada e de que maneira,
tudo o que é pedra, rebocos de casa, etc portanto, é urgente, na minha opinião, ter um

Sessão ordinária de 2019, abril, 15

pensamento muito concreto, uma ideia muito concreta o que é que se quer fazer no castelo e o que é que se quer fazer nessa área. É urgente pensar-se porque andamos aqui há décadas sem, na minha opinião, dar a devida importância ao Castelo, que é o ex-libris do nosso Concelho. --------- Depois, ruas e estradas municipais, voltamos a chamar a atenção que há muitas ruas e muitas estradas que estão com buracos, portanto, digamos assim, também o Município tem que estar atento. Tudo bem que se façam festas e que se promovam eventos mas, as pessoas precisam de passar todos os dias, não têm transportes públicos, têm que usar os seus carros, esse é mais um dos problemas de nós vivermos na periferia, longe das grandes cidades, é que não temos transportes de hora a hora. Temos que andar nos nossos carros e, ainda por cima, ------ Finalmente, queria ainda perguntar ao Senhor Presidente para que é que serviu o levantamento dos prejuízos particulares e associativos causados pelo Leslie. Porquê toda aquela pressa? Afinal qual é o ponto de situação da ajuda às pessoas, às associações? Se vai haver, se não vai haver. Onde é que estão esses tais milhões que afinal não passa tudo de um bluff, pareceme." --- ------------ Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) que disse: "Eu também tenho aqui algumas questões para colocar e, algumas tocam em matérias que a minha colega de bancada, ilustre Dr.ª Ana Cristina mencionou, mas, realmente ou os nossos olhos veem demais o então de facto, estamos atentas. ----------- A primeira situação que queria levantar era sobre a questão do Pavilhão das Meãs do Campo. Eu sei que a Vereadora Dulce Ferreira já levantou esta questão na reunião de Câmara. O que de facto preocupa esta bancada é que aquele edifício pode ruir a qualquer momento e, com ele, quem lá passa todos os dias, sabe e vê, os carros estão estacionados ao lado do edifício, não existe ali nenhuma proteção de afastamento das pessoas e dos bens daquele edifício e, pode de facto, ali acontecer uma desgraça e, esta bancada quer-se completamente imiscuir a qualquer tipo de desgraça que ali aconteça, porque se morrer ali alguém, porque as coisas são o que são, têm que ser faladas, o Leslie foi a 13 de outubro, hoje estamos a 15 de abril e, de facto aquele é um edifício enorme que a Câmara tem meios para resolver aquela questão, se não se consegue chegar a acordo com a associação, a Câmara tem que se substituir às pessoas e fazer o seu papel. Eu, segundo ouvi dizer, não sei se é verdade se não, existe já um auto, um documento que diz que aquele edifício terá que ser demolido, portanto, aquilo que esta bancada pede ao Executivo é que faça o seu trabalho, que é, protejam as pessoas e os munícipes e, neste caso, em concreto,

as pessoas das Meas. Até na ali um infantario ao lado. Ainda ninguem pensou nisto? Porque, de
facto, no dia que morrer ali alguém que pode ser amanhã, ou pode ser ainda hoje, aí toda a
gente diz "que vai cair o Carmo e a Trindade", que grande desgraça, o que é que aconteceu e o
que é que é isto, o que é aquilo mas até lá, andamos a empurrar com a barriga. Portanto, sobre
essa questão, esta bancada, de facto pede ao Presidente de Câmara que haja em conformidade
com as suas funções e para aquilo que foi eleito, em que de facto, faça o seu papel e, que haja,
porque tem os meios para isso e, que de facto, previna uma situação de maior gravidade que
possa ali ocorrer. Que de facto, é para isso que ele cá está
Depois, em relação também à questão do Mercado Municipal, a minha colega e
deputada falou e muito bem, o Mercado Municipal necessitava ali, na minha opinião, claro de
alguns arranjos que, de facto não custam muito dinheiro e que são fáceis de conseguir
nomeadamente, na parte do seu embelezamento, também que acabava por criar ali mais cor,
mais dinâmica e, depois na parte onde existe o Multibanco aquilo é uma miséria. Aquilo não tem
tinta, uma grande parte teve grafitis que, efetivamente foi aqui falado na Assembleia Municipal
e, depois foram limpos, contudo, foram limpos, mas ainda se notam. Portanto, aquilo devia ser
pintado, arranjado, porque de facto eu estou a falar no sítio do multibanco, eu estou a falar
porque é o sítio onde as pessoas mais se dirigem, que é ir ao multibanco levantar dinheiro e
acaba por ser com certeza um cartão-de-visita que é péssimo, porque parece que naquela zona,
mais naquela zona em especifico, parece que passou ali um terramoto, que nem tem tinta, estão
ali grafitis e que, de facto, com pouco dinheiro, podia ser reparado e, se calhar ficava logo com
outro aspeto
Depois, também dentro desta lógica temos o Pavilhão, que é se nós entrarmos na
Rotunda do Intermarché para o lado do Pavilhão, nós se olharmos para a nossa direita,
conseguimos perceber que naquele muro que faz a extrema com a quota da estrada, existem ali
também alguns grafitis. Naquele símbolo olímpico, já é de facto uma coisa muito antiga, por trás
nos mosaicos vê-se tudo riscado e, também existe um gradeamento que separa o passeio da
quota do estacionamento do Pavilhão, que de facto, esse também foi com o Leslie, que há uma
parte que também está danificada e está dobrada. De facto, são pequenas coisas que podem
fazer toda a diferença se forem arranjadas e se forem melhoradas e que não custam assim tanto
dinheiro para fazer
Depois, reforçar a ideia da questão dos fundos que existam ou que provavelmente nem
vão existir para a questão do Associativismo, porque de facto, foi uma correria louca naqueles

Sessão ordinária de 2019, abril, 15

dias a seguir ao Leslie, toda a gente em dois dias tinha que trazer, fomos o Município que mais rapidamente conseguimos mandar para a CCDRC o levantamento dos danos e trouxemos cá o A, o B e o C. conclusão, o que é que isso deu? Nada! De facto, em muitos sítios, pelo menos eu, já falei aqui e volto a falar, porque as coisas são bem feitas, têm que ser faladas. Na União de Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca, o Senhor Presidente da Junta ajudou as Associações, pagou as telhas para algumas associações, senão para todas, com certeza que se fez para umas, também fez para as outras e nós conseguimos repor os nossos edifícios como deve ser, para que eles não se continuassem a deteriorar ainda mais com o estado do tempo. Isto foi na minha Junta de Freguesia, nas outras não sei. Contudo, o Município da Figueira, não sei se sabem, mas com certeza que devem saber, porque têm proximidade política pelo menos. O que é que estão a fazer? Estão a adiantar valores às associações para que, não é que arranjem tudo aquilo que ficou danificado, como é óbvio, também já falei sobre isto aqui, mas que consigam, de facto, acautelar maiores prejuízos para as associações e estão a fazê-lo, agora de que forma não sei. Contudo, o que sei é que eles estão a fazer alguma coisa e nós não estamos a fazer nada. ------------ Senhor Presidente da Assembleia, só mais uma questão, esta dirigida ao Senhor. Quais atos é que promoveu em relação àquela recomendação que eu fiz na passada Assembleia Municipal que dizia respeito ao contrato de seguros da frota automóvel do Município?" ----------- Pediu a palavra o membro Celeste Duarte (CDU) que disse: "No sábado passado, esteve aqui no Concelho de Montemor-o-Velho, um deputado do Parlamento Europeu, razão pela qual, tivemos desta vez de percorrer todo o Concelho num único dia e temos um retrato muito recente do estado do nosso Concelho e queria referir aqui alguns pontos que nos saltaram à vista. Gostaria muito de ter mostrado outra coisa ao senhor deputado que aqui se deslocou, senão o estado em que estamos. ----------- Uma delas é por exemplo, ter sido muito difícil, ter encontrado em bom estado, uma estrada ou mesmo uma rua em todo o nosso concelho. É um estado lastimável tudo isto. Depois, constatámos ainda que o abandono e a desertificação de algumas das nossas Freguesias têm avançado de uma forma bastante notória. Obviamente, não há jardins-de-infância, não há escola do 1.º ciclo, não há extensão de saúde em várias delas, não há balcão de CTT, não há acessibilidades condignas, tudo isto junto é um caldo desgraçado, para que esta situação se agrave cada vez mais. Há aqui freguesias em situações bem mais complicadas que outras, mas, os Senhores Presidentes de Junta que aqui estarão, saberão certamente, de quais é que eu estou

Sessão ordinária de 2019, abril, 15

anos, precisamente hoje 15 de abril de 1975 que foi nacionalizada a TAP, pois, mudaram-se os tempos, mudaram-se as vontades. O povo português foi espoliado daquela conquista de Abril e escuso-me de tecer mais considerações porque hoje todos sabemos o que é que deu, o ponto em que estamos hoje. Fomos espoliados mais uma vez, o povo português e o país, um dia a história acometerá de responsabilidades os devidos responsáveis." ------------ Pediu a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: "O teor da minha intervenção muda um pouco o registo, porque ao fim de tanta queixa de deputados que estão com atenção e ainda bem e tanto que vão olhando com razão ou sem razão dentro da competência da Autarquia ou não, isso depois será apurado mas que estão atentos ao Concelho e é para isso que estamos cá mas, efetivamente, vou mudar de registo para salientar um aspeto que cada vez é mais favorável e positivo no nosso concelho, que é o nome de Montemor-o-Velho, cada vez mais ----- Agora por ocasião do Festival do Arroz e da Lampreia que, ano após ano, tem vindo a crescer em termos de dimensão, em termos de importância e, esta importância não é de festa, é porque fala-se muito aqui muitas vezes em festa e, não é a festa em si, é a dinâmica, são as associações, é a parte cultural, é a parte turística, é a parte económica do Concelho. É o mostrar efetivamente, aquilo que Montemor, no Concelho, tem de melhor, quer nas suas gentes e associações quer nos seus produtos. Efetivamente, eu não posso deixar de me congratular, na pessoa do Senhor Presidente de Câmara logicamente porque é o rosto, o mentor maior nesta altura deste Festival, o estrondoso êxito que, foi este ano mais uma vez, este Festival do Arroz e da Lampreia, para as populações de Montemor-o-Velho, para todas as suas associações, para as pessoas que vieram de fora, um bocadinho desse país todo, para virem aqui provar os doces, o arroz, a lampreia, o arroz doce que este ano fez um grande sucesso com as iniciativas do Arroz Doce Non Stop e que eu acho, também ficou muito bem expresso, eu ouvi bocadinhos, nem sequer sabia, às vezes estou um bocadinho distraída e quando estava a fazer zapping, reparei está ali Montemor, na RTP1 e fiquei com um bocadinho de atenção ao longo do dia. A verdade é que deixei ficar na RTP1, não estive a ver com atenção o programa todo, não tinha como, por falta de tempo, mas acho que também estava ali um excelente meio de publicidade/propaganda, de conhecimento, acho que tiveram cuidado. A RTP não me pagou nada para isto, nem pouco mais ou menos, mas acho que efetivamente estava ali um bom trabalho para dar, para o conhecer, para divulgação de Montemor-o-Velho, das associações, dos doces, da gastronomia em geral e, portanto acho que foi uma mais-valia, o castelo, há bocadinho foi falado, esteve ali

Sessão ordinária de 2019, abril, 15

sempre em grande destaque, mas não foi só o castelo e tanto quanto me é dado saber, eu nem sequer ia para focar isso mas, já agora, nem sequer a Câmara pediu que viesse cá a televisão. Acho que Montemor ficou conhecido o suficiente e o seu festival para terem solicitado para virem cá. Desta vez foi a RTP que pediu para vir a Montemor e, eu acho que isso também é um motivo de orgulho. Não foi a Câmara que andou a propalar, quer dizer o Festival do Arroz e da Lampreia, Montemor já é conhecido o suficiente e começa a ser conhecido, não é só pelo Leslie, ou por coisas negativas, acho que desta vez, se Dom Afonso Henriques viesse, se calhar já tinha dificuldades em reconhecer Montemor-o-Velho e portanto eu não podia deixar de dar os parabéns aos funcionários, às pessoas que trabalharam neste evento mas, fundamentalmente, logicamente, ao senhor Presidente da Câmara que lidera todo este processo." ------------ Pediu a palavra o PJF de Arazede, Eusébio Campos que disse: "A minha intervenção é muito simples, é um agradecimento. Um agradecimento porque a associação Centenária da Freguesia, a Academia Musical Arazedense, digamos que terminou um ciclo e, quero aqui fazer um agradecimento muito especial ao Aurélio Rocha foi Presidente vários anos, nesse ciclo que terminou e também no caso ao Senhor Presidente da Assembleia que continua e ele também continua, mas, noutras funções. Dar aqui um agradecimento muito especial porque foram anos em que se criaram mais condições para uma associação que é relevante na Freguesia e no Concelho, com certeza. Portanto, o meu obrigado pela dedicação, pela forma como conduziste essa missão, também obviamente, extensível ao Senhor Presidente de Câmara que apoiou nos diferentes projetos que foram executados. Aurélio, muito obrigado pelo que fizeste por Arazede, pelo Concelho, um abraço especial por toda a dedicação do Aurélio e da família obviamente, quando se vai numa missão de um Presidente de uma associação daquele género, é uma missão familiar. Um abraço." ----------- Pediu a palavra o membro Rui Félix (PS) que disse: "Eu também, assim como o Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Arazede, venho dar uma palavra de reconhecimento e agradecimento ao Grupo de Catequese da Paróquia de Pereira, pela organização da 1.ª corrida de carrinhos de rolamentos efetuada naquela freguesia. ----------- Foi, de facto, um evento digno de Pereira e também digno de alguma sátira política que por ali aconteceu também devido ao dia, que foi no dia de Carnaval. No entanto, já que não houve esse agradecimento, eu também tenho que o fazer, tenho que agradecer ao Senhor Presidente da Câmara, porque de facto, foi ele que transformou uma estrada cheia de buracos, quase que intransitável numa boa rua de Pereira, uma rua digna inclusive uma rua onde hoje se

pode fazer a prática dessas corridas de carrinhos de rolamentos
Obrigado Senhor Presidente
Felicitar também a direção recém-eleita da ADCRP — Associação Desportiva Cultural e
Recreativa de Pereira que foi eleita no passado dia 13. Espero que tenham um mandato muito
próspero, é aquilo que lhe desejo e, tendo eu ouvido da boca do presidente recém-eleito que foi
uma vitória do PSD em Pereira, felicitar também o PSD pela vitória que tiveram na ADCRP."
Pediu a palavra o PJF de Santo Varão, João Girão que disse: "Só pedi esta intervenção
para dar a resposta à minha colega, deputada Celeste da CDU, eu pensava que só teria de
responder pela Junta de Freguesia na Assembleia de Freguesia, mas, na realidade, também já
tenho que vir responder à Assembleia Municipal. Esta resposta já foi dada ao membro da CDU
que pertence à Assembleia de Freguesia de Santo Varão contudo, como é uma questão que
também nos interessa e, também nos preocupa, na realidade, o Presidente da Junta de Freguesia
de Santo Varão está ao corrente do que se passa com a extensão de saúde de Santo Varão. Foi o
primeiro a entrar em contacto com Montemor-o-Velho para saber exatamente o que é que se
passa e, esta última "desculpa" nas suas palavras é que a médica está a dar férias a colegas.
Portanto, quando a nossa médica está de férias, na realidade não se pode deslocar ninguém de
Pereira a Santo Varão porque há um único médico, neste momento a justificação é que a senhora
doutora Isabel Viegas está a dar férias na extensão de Pereira. Portanto, nós continuamos
preocupados com a situação tal e qual como já lhe disse e já tive o cuidado de transmitir ao
membro da CDU que me questionou aquando dessa visita do deputado da CDU à nossa
freguesia."
Pediu a palavra o membro António Torres (Coligação por Montemor Tudo e Sempre) que
disse: "Eu vim a esta Assembleia e tive a infelicidade de não poder participar nas preparatórias,
porque é aí que efetivamente as coisas se preparam e, nem vinha preparado para poder intervir
nesta Assembleia mas, a minha obrigação como deputado municipal e como defensor da minha
gente e dos interesses da minha terra, é nesse sentido que eu intervenho
Primeiro, referir aqui nesta Assembleia, deixo aqui ficar bem claro, que é com imenso
orgulho, imensa satisfação, que eu vejo aqui representado em termos de Assembleia, em termos
de Câmara, o número de elementos da Vila de Pereira, que estão neste momento a representar
ou estão, com as suas tomadas de decisões, com as suas posições nesta Câmara. Quero referir
bem isto, que é com sentido de orgulho. Tudo o que eu digo, que é mais um elemento ou menos
um, nunca é no sentido, na verdade, de gozo, chacota, seja o que for. Sentido de orgulho e,

espero que esses meus amigos, colegas, conterrâneos, tentem colocar sempre em Pereira c
benefício e na verdade o bem-estar daquela gente. Só para ressalvar esta situação. Que fique
claro que na verdade não é sobre chacota, sobre gozo. É orgulho que eu sinto na verdade que
Pereira está bem representada nesta Vila
Uma outra questão que eu pretendo aqui e usando aqui a questão da líder de bancada
do PS, é um facto que o Festival do Arroz e da Lampreia é um sucesso, mas eu gostava de
participar que fosse mais sucesso ainda. E mais sucesso ainda dando nota do seguinte:
Primeiro – eu tive o cuidado de vir ao Festival, ver as ementas que eram constituídas no
Festival e reparo que quando há um Festival do Arroz e da Lampreia, vejo que a essência em si
que possa trazer as pessoas, devia ser o arroz e a lampreia. É um pequeno aparte. Eu vi carne de
porco à alentejana, eu vi enguias acompanhadas com batatas fritas e arroz. Acho que as ementas
deviam fazer sempre referência: Arroz de enguias, arroz de lampreia, arroz de cabidela, arroz
com espargos sempre com a palavra arroz. De ressalvar que nessas ementas, eu tenho c
cuidado de referir e tenho prova que a única que fez isso foi a freguesia de Santo Varão. Começou
todos os pratos dessa ementa com arroz. Para poder ter ainda mais sucesso, a Festival ter essa
dica e, por outro lado, ter um bocado de atenção aos preços praticados nas ementas. Se vem
muita gente, se calhar podia ter vindo muito mais e o sucesso era maior, se as pessoas tivessem
um bocado mais sensibilidade aos preços a praticar. Toda a família que viesse aqui, se fizermos
contas, não saía daqui com menos de 50€, 60€, de um jantar que pudessem ter. Por isso, para
poder eventualmente o festival ter mais sucesso, deixar esta dica. Não é crítica, é uma sugestão
é uma dica que eu posso deixar
Por último, a questão que sempre me trouxe aqui, que sempre defenderei essa situação
que é a rua José Augusto Mendes dos Santos. Estranho, ainda bem que ocorreu isso, porque era
uma que tem condições necessárias para a prática desses carros de rolamentos. Como é que
põem enfâse a uma corrida de rolamentos e deixam de pôr em consideração o arranjo daquele
piso, para pôr em causa a segurança das pessoas, a segurança na verdade, de quem circula al
no dia-a-dia, dos moradores daquela rua, porque neste momento, e digo aqui em voz viva e com
certeza porém que grande parte daquele movimento já é feito por moradores, não moradores,
não residentes, por toda e qualquer gente. Já ninguém, neste momento, respeita o que fo
deliberado pela Câmara que era só moradores. E mais, há lá transversais que se nós formos pô
à risca o argumento ou o português que estão naquelas placas, cuidado. Há lá transversais, c
sinal quando se apanham aquelas transversais, diz: "exclusivo moradores", quer dizer que quem

Sessão ordinária de 2019, abril, 15

está naquelas transversais, interpretando o bom português, só pode virar para o outro os moradores da rua José Augusto Mendes dos Santos. Por isso, é uma questão de português dos sinais. E mais, estranhei e, gostava de confirmar isso, dando nota que efetivamente foi mencionado aquando da solicitação de intervenção da parte da GNR na manutenção e na proteção daquela rua que, o Comandante da GNR não sabia que aquela rua tinha tomado os dois sentidos e que, na verdade, estava com indicação que haveria só os sentidos para os moradores. Gostava, efetivamente de nesta Assembleia e, estamos à espera de uma reunião com o Comandante da GNR, que confirmassem se o Posto da GNR, o comandante da GNR é conhecedor que aquela rua tem efetivamente os dois sentidos ou se os dois sentidos serão só para moradores. Com esta minha intervenção, gostava de referir isso e é só mesmo por uma ----- Usou da palavra o PMAM que disse: "A exemplo do que tenho feito noutras Assembleias e, antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, nós íamos passar ao ponto 2., sendo certo que depois, todos os membros da Assembleia Municipal podem voltar a intervir. Apenas antes de passar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara e, para fechar este ponto 1. a Dr.ª Maria João Sobreiro fez uma recomendação ao Presidente da Assembleia Municipal sobre a questão do contrato de seguros da frota automóvel do Município, que foi despachada para a Câmara Municipal. Sei que as recomendações e os requerimentos tiveram resposta, exceto essa. Eu averiguei e a informação que me deram foi que face à questão da prestação de contas, todo este processo e ainda alguma ajuda dada aos Senhores Presidentes de Junta, para eles também fecharem as contas, não tinha havido a possibilidade de responder por isso. Espero que de facto, ----- Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação por Montemor Tudo e Sempre) que disse: "Não pude deixar de perceber a intervenção do deputado de Pereira, Senhor Rui Félix em relação ao facto ou não de um Presidente eleito, que seria ou não do PSD e que nos dava os parabéns. ----------- Em primeiro lugar dizer, obrigado pelos parabéns, contudo, pelo que sei, essa pessoa em específico não é militante do nosso partido mas, com muita pena minha, também sou franca. O que aqui interessa dizer é que de facto, o PSD congratula-se com a atividade dinâmica e a participação das pessoas nas associações do Concelho, independentemente da sua filiação partidária ou da sua aproximação a que partido for e, neste contexto, também dizer que o PSD se congratula por isso e, por sobretudo, as pessoas que vão para as associações serem pessoas

que queiram fazer mais e melhor e aqui utilizando o siogan do Partido Socialista mas, pelas suas
terras e pelas suas comunidades. É isso que nós todos, temos que nos preocupar e nós não
misturamos as coisas, porque de facto, se esta pessoa em específico tem todas as capacidades
para ser Presidente e, acredito que tenha, ainda bem, para o bem de todos nós e sobretudo de
Pereira."
Ponto 2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos
termos da alínea c), nº 2, do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua atua
redação
O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: "Sobre a intervenção do membro Celeste
Duarte, dizer que cabe às empresas implementar aquilo que aqui referi e, também tenho aqui a
disponibilidade do Senhor Secretário Executivo, Dr. Jorge Brito da CIM-RC para esclarecimento
de qualquer um dos membros da Assembleia, daquilo que entender necessário sobre este
assunto, já que as competências estão delegadas e que, nós próprios, Presidentes de Câmara
insistimos muito para que estas competências sejam exercidas na plenitude. No entanto, aquilo
que eu tinha para dar de informação está dada, as pessoas têm que reclamar os seus direitos e
isto é um direito que têm e, portanto, a Câmara tudo fará para que sejam concretizadas as
decisões da CIM-RC e a CIM também fará o mesmo
Passando à questão do membro Ana Cristina Jorge, sobre o uso do plástico, muito
agradecemos a recomendação, mas dar-lhe nota que, foi precisamente há meio ano recebi uma
proposta da Dr.ª Andreia Lopes que está com a Economia Circular na Câmara Municipal e os
trabalhadores da Câmara têm essa liberdade de fazerem propostas, portanto, a ideia até nem é
minha, por isso aqui estou a dizer de quem é a ideia. É uma proposta da Dr.ª Andreia Lopes para
substituir todas as garrafas de plástico nas reuniões de Câmara, nos trabalhadores da Câmara e
estão adquiridas e pagas em procedimento iniciado no ano anterior, 244 garrafas. As garrafas
estão aqui, são iguais a esta. Cada um dos membros da Assembleia, cada uma dos Vereadores,
cada um dos trabalhadores irá ter direito a uma garrafa destas em cada uma das reuniões e, c
procedimento, como eu disse foi iniciado o ano passado e, em paralelo tínhamos também a
aquisição dos copos, que são copos reutilizáveis ou reutilizados e, são copos especiais que são
relativamente caros. Entretanto fomos informados que haveria a possibilidade de haver uma
candidatura que está em curso e, só por isso é que não distribuímos as garrafas, porque também
já existem as purificadoras de água em cada um dos pisos e em cada um dos edifícios municipais
há muito tempo. Portanto, já hoje eu estou a beber dessa águia purificada. Água da torneira que

Sessão ordinária de 2019, abril, 15

passa por esses filtros e, portanto só não distribuímos as garrafas porque não temos os copos e, como os copos são caros, decidimos fazer a candidatura e só podemos fazer a candidatura quando a mesma abrir. Ela abriu recentemente e já podemos adquirir os copos, até inclusivamente em procedimento de contratação. Estas garrafas não foram adquirias ao abrigo de nenhuma candidatura. Já de agora, para que não haja antecipações, também dizer que no âmbito da mesma candidatura existe um programa e, como viram na própria estrutura que eu propus, eu autonomizo a Unidade de Ambiente porque efetivamente, o Ambiente vai ser uma das pedras de toque do meu mandato e, por isso diretamente dependente de mim, vamos trabalhar em muitas iniciativas da Economia Circular e, também em iniciativas ambientais. Nessa candidatura está prevista a aquisição de bicicletas elétricas, está neste momento em curso, como eu já disse na Assembleia passada, estamos a fazer o procedimento para a instalação de carregadores elétricos, um carregador rápido que, também neste momento poderá atrasar porque foi aberta a possibilidade de uma candidatura a esse mesmo carregador rápido, que é caro mas, eu já dei indicações que não vamos esperar candidaturas porque senão atrasamos muito o processo e a ideia é colocar um posto de carregamento em cada uma das sedes de ----- Também a aquisição de trotinetes para os trabalhadores se deslocarem entre Serviços, não para as pessoas, porque em Coimbra, as trotinetes elétricas, estão a ser mal utilizadas e a dar alguns problemas. Aqui na Câmara resolvemos que as mesmas sejam do uso restrito dos trabalhadores para se deslocarem em mobilidade suave entre edifícios. Mais, também estamos a prever substituição de todas as pastas, isto no âmbito da economia circular, substituindo o papel por material reciclado ou reciclável ou no âmbito da economia circular e, também no âmbito dessa candidatura. Como eu disse, estas garrafas irão ser distribuídas, uma para cada trabalhador e também para os senhores deputados municipais e vereadores para usarem, só estamos dependentes dos copos. Mas, neste momento, se quiserem poupar, que eu muito agradeço podem-se deslocar ao lado, nas escadas de acesso ao primeiro piso, está lá a máquina para poderem reabastecer essas garrafas que têm e já poupam uma garrafinha de plástico. --------- Quanto à questão da relação das despesas e receitas do Castelo Mágico, será fornecida ----- Diligências sobre a casa de Gatões e, sobre o Pavilhão das Meãs que me foram colocadas, será a Arq. Patrícia a esclarecer. -------será a Arq. Patrícia a esclarecer. --------------------------------------- Quanto à guestão do Senhor Presidente da UF de Montemor-o-Velho e Gatões, António

Pardal, lamentar a nora, eu as 12h00 tenno compromissos com outras iniciativas ja agendadas,
já lhe tinha transmitido isso, a minha presença a ser, será mais tarde e, portanto, se fizer questão
da minha presença, que teria muito gosto e muita honra, terá que ser para mais tarde, porque
já tenho compromisso assumido com o senhor Presidente da Assembleia Municipal, numa
missão épica de fazer o circuito de bicicleta. Ainda por cima tenho algumas incumbências do
Desporto para vigiar e ter alguma ação proactiva junto dos outros participantes e, portanto,
senhor Presidente, não vou poder deixar de assumir esses compromissos
Voltando à Dr.ª Ana Cristina Jorge, o relatório do LNEC veio confidencial e nós,
naturalmente, remetemos a informação como ela nos foi pedida e, este é um código ético que
existe entre instituições. Precisamente a confidencialidade tem a ver com aquilo que fez a seguir,
porque efetivamente não tem nada de novidade para nós. Nós até andamos mais à frente,
mandamos fazer uma inspeção ao local e, portanto aquilo que lá está é uma exigência deles, mas
não é novidade para nós. Nós já temos mais informação e a Câmara Municipal já fez aquilo que
se impunha, que foi transmitir o nosso relatório e as advertências que tínhamos que fazer à
mesma instituição que já cá veio fazer, também a sua própria inspeção
Quanto à estrada de Gatões, árvores caídas em cima de fios elétricos e de comunicações,
a questão encerra em si mesmo a resposta. Nós não podemos mexer nessas árvores porque,
para além de estarem em locais particulares, têm fios elétricos e de comunicações que só podem
ser removidos e mexidos por quem tem competência para tal, seja EDP, PT ou Altice. Nós já
insistimos junto da EDP, não só nas árvores, é uma coisa que os Senhores Vereadores já se
queixaram e que nós insistentemente temos vindo a pedir à EDP, eu próprio já intervim junto
das chefias no sentido de reparar a iluminação pública, de reparar esses fios caídos. A EDP, fez
um excelente trabalho aquando da reposição das condições mínimas de abastecimento no Leslie
mas, agora não está a fazer um tão bom trabalho. O mesmo tenho feito junto das entidades de
comunicações
Telhado do telheiro, vou mandar averiguar. Junto à igreja da misericórdia a mesma coisa,
averiguar e, solicitar até, inclusivamente ao titular do imóvel para tomar as medidas necessárias.
No Mercado Municipal relembro e, volto a repetir e, não volto a repetir mais nesta
Assembleia, existe uma propriedade horizontal, é um condomínio, o condomínio tem que se
formar e tem que se acautelar essas situações
Quanto à questão da mascote do Castelo Mágico, efetivamente eu próprio tenho
insistido junto dos serviços, o problema é que tem que haver condições ideais para que a mesma

seja retirada já que tem que ser retirada por uma grua especial e, por pessoas penduradas na
muralha, o que não tem havido coincidência de agenda entre os Serviços e a entidade que
fornece a grua e, portanto, penso que e, volto a insistir com os Serviços, penso que para a
semana, no máximo estará retirada. Tem a ver com outras prioridades que, entretanto, foram
surgindo por parte das pessoas que podem fazer o trabalho em "alpinismo" ou pendurados em
cordas
A limpeza das muralhas a poente será feita a seu devido tempo, já fizemos uma limpeza
profunda, essa parte não conseguimos fazer, porque exige condições especiais para que seja
feita
Muitas das estradas com buracos. É preciso recordar que a manutenção das estradas
está delegada nas Juntas de Freguesia. Temos feito um trabalho e, aqui agradeço publicamente,
o rigoroso cumprimento e o excelente cumprimento por parte das Juntas na deteção desses
buracos e na solicitação para a sua reparação e nós temos feito esse trabalho, não entendemos
que haja situações graves. As situações graves são identificáveis, se assim for necessário, vão ser
alvo de procedimento e estão a ser alvo de procedimento para reparação por empresa externa.
Pavilhão das Meãs, que vai ser respondido pela Arquiteta Patricia, politicamente só dizer
que desde o Leslie nós oferecemos ajuda à entidade que dirige ou que preside à direção da
mesma instituição, foi recusado. Inclusivamente, eu tive esse cuidado de sensibilizar o Exército
que esteve cá para nos ajudar na própria demolição, a direção recusou e, tem havido ali um
problema de direção que as pessoas das Meãs sabem bem. O Senhor que está na direção não
permite que nós lá entremos. Nós temos tentado e, aqui também uma palavra de agradecimento
ao Senhor Presidente da Junta que se tem empenhado profundamente neste processo com
muita paciência, diga-se e, que connosco tem colaborado no sentido de sensibilizar a direção
para esta situação. A senhora Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Territorial vai explicar
as medidas que foram tomadas e as medidas administrativas que estão a ser tomadas. A Câmara
tem meios, mas não vai derrubar. Tem que derrubar com recurso aos meios legais, posse
administrativa e todo um conjunto de situações que nós queríamos evitar e temos tido essa
preocupação. O mesmo se passa com a questão de Gatões, que nós evitamos ao máximo ir pela
via da força, mas, se tiver que ser, será
Levantamento dos prejuízos do Leslie, eu já expliquei esta situação. O levantamento dos
prejuízos do Leslie, foi feito a pedido do Senhor Ministro da Administração Interna com urgência.
Os dados foram fornecidos e daí resultaram as emanações legislativas que já se sabem. Todas as

situações têm que ser asseguradas por quem se comprometeu a fazer, que foi o Governo
O Governo até pode ser da minha cor partidária, mas, eu ainda não faço parte do
Governo e, portanto, não posso ser responsabilizado por aquilo que o Governo não faz. Como
não sou, nem faço parte do Governo, resta-me transmitir que, na CIM-RC transmiti ao Senhor
Secretário de Estado de viva voz, a situação caótica das nossas associações que nós não deixamos
de ajudar, diga-se de passagem também aqui, no momento certo e no momento em que o
podíamos fazer, fizemo-lo, que o digam os responsáveis pelas Associações. Também agradecer
às Juntas porque efetivamente não foi só a UF de Abrunheira, Verride e V.N. Barca, há outras
Juntas que também substituíram inclusivamente em algum património municipal, repararam
essas telhas e, portanto, eu não volto a repetir. Aquilo que eu tenho feito é insistir junto do
Senhor Secretário de Estado e da CCDRC, da Professora Ana Abrunhosa para este lamentável
atraso que, a todos prejudica, em particular o executivo municipal que nada tem a ver com esta
situação, fez a pedido do governo, um levantamento e está neste momento, por força de algumas
confusões e, alguém gosta dessas confusões, a ser responsabilizado por algo que não tem culpa.
Quanto àquilo que os outros fazem e que estão a fazer, eu ainda não vi nada de concreto.
Sei que há intenções, sei que há procedimentos em curso na Figueira, mas eu não tenho a
disponibilidade financeira da Figueira, porque a fazer faz-se para todas e, segundo regras muito
precisas e muito apertadas. Eu ainda não sei o que é que vai ser aprovado, nem sei o que é que
vai ser sancionado como válido de reparação pela CCDRC e pala entidade que vai financiar essas
obras. Como é que eu posso financiar obras que eu ainda não sei se vão ser financiadas e em
que montante e, portanto, reparações urgentes nós fizemo-las e ajudamo-las a fazer para
salvaguarda de pessoas e bens em todas as entidades que pudemos e, portanto, mais não
podemos fazer
Dr.ª Maria João Sobreiro, em relação ao Pavilhão subscrevo, há medidas de segurança
que têm de ser tomadas, mas também vai ser respondido pela Senhora Chefe de Divisão
Mercado Municipal, mais uma vez repito que está constituído em Propriedade
Horizontal e, portanto, tem que haver um condomínio para assegurar as reparações. A Câmara
não vai fazer mais reparações. Só naquilo que tiver que fazer e na estrita medida das suas
responsabilidades
Pavilhão Municipal, a guarda do passeio, é também uma das situações do Leslie que nós
estamos a assegurar. A verdade é que as Câmaras Municipais, não é só a Câmara de Montemor,
está a assegurar todas as renarações à custa do seu próprio erário municipal, à custa da sua

tesouraria e, aqui também este procedimento ficou deserto, porque nos estamos a ter muitos
problemas porque um maleficio acrescido de outro. É que os empreiteiros não têm falta de
trabalho e, portanto, não é fácil contratar empreiteiros atualmente, porque têm muito trabalho
para fazer
Portanto, a guarda do passeio, o procedimento ficou deserto e o procedimento do
passeio está em curso
Em relação à intervenção da Dr.ª Celeste, eu tenho que enaltecer a paciência do PJF de
Santo Varão, João Girão, porque efetivamente já não há paciência, eu próprio já não tenho
paciência para estas ausências da senhora médica, mas eu não consigo impor ao Centro de
Saúde, à ARSC que contrate mais médicos. Na verdade, nós temos feito várias insistências, eu
não posso deixar aqui de dizer e de louvar o Senhor Presidente da Junta nessa matéria, que tem
sido incansável, porque efetivamente o tem. Agora, é mais uma das razões para ver com muita
apreensão, esta questão da transferência de competências na saúde, porque vai gerar uma data
de confusões que não são nada boas para ninguém. Ninguém fica bem, nem a oposição nem a
posição
Quanto à intervenção da Dr.ª Albertina Jorge, dizer-lhe que na sua essência, focou uma
nota e eu quero salientar essa nota. É que para a oposição trata-se de festa, que este Executivo
está a fazer festa e eu, não encaro muitos dos eventos que fazemos como festas, mas sim feitas
de forma como o temos feito, como forma de promoção inigualável deste território que sai cada
vez mais do esquecimento e da velha confusão, porque lembram-se muito mais facilmente de
Montemor-o-Novo, do que de Montemor-o-Velho. Apraz-me dizer que já não é bem assim. Já
não é tão vulgar assistir a essa confusão e, portanto, aquilo que eu retiro da sua mensagem, é
que para além da festa, que pode ser considerada, são perspetivas, há muito mais do que isso e
aquilo que eu peço à oposição é que descubra o que é e, provavelmente poderão fazer algo mais
até para nos ajudar a potenciar mais esses efeitos para além da festa
Quanto à questão levantada pelo Senhor membro António Torres, eu não vi Carne de
Porco à Alentejana, é possível, desconheço, não andei a fiscalizar. Chamei a responsável pela
organização e também não viu. É possível. Nós não sabemos tudo o que se passa nos eventos,
mas, que há regras muito simples e muito claras para se cumprir há. Também não é só a
tasquinha de Santo Varão que cumpre. Há outras que cumprem e muito bem e, portanto é uma
pena que não tenha visto noutras tasquinhas a cumprirem a questão do arroz e a promoção do
arroz

Quanto a questao dos preços praticados, posso dizer que eles não admentaram
significativamente. Eu arrisco a dizer que nos últimos 10, 15 anos, não aumentaram mais que 5
€, nem sequer sei se aumentaram 5€. É evidente que estes festivais e, se for frequentador de
outros festivais, na realidade os preços que se praticam nos festivais gastronómicos e neste tipo
de eventos, é sempre mais caro que o habitual e, portanto, quem vai, sabe que vai para esse tipo
de evento e sabe que tem que pagar mais que o habitual
Quanto à questão do Senhor Comandante da GNR, eu desconheço por inteiro, aquilo
que sei é que o Senhor iniciou funções há pouco tempo, é natural que haja algum
desconhecimento do território, mas não posso responder por ele, nem posso esclarecer a sua
questão."
Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Por Montemor Tudo e
Sempre) que disse: "Em relação a esta situação dessa rua de Pereira, nós próprios, esta bancada,
irá apurar essa questão com o Senhor Comandante do Posto da GNR, para de facto, essa situação
ser clarificada. Se existe ou não informação e perceber qual é que é a obrigação da Câmara ou
não. Se está feita ou não está feita e, depois mais tarde, daremos notícias
Depois, agradeço ao Senhor Presidente de Câmara ter voltado a repetir a questão do
mercado municipal, porque eu não estava, a primeira vez que falou. Dizer-lhe o seguinte: eu já
trago este assunto à Assembleia, garantidamente, pelo menos uma vez por ano e já há alguns
anos e o senhor, cada ano que passa me dá uma resposta diferente, eu posso fazer esse
apanhado nas atas e trazer-lhe depois. Recordo-me que, pelo menos, não sei se foi há dois anos
ou há três, me disse que ia judicialmente proceder à constituição do condomínio porque já tinha
tentado falar com as pessoas e não conseguia e etc. Depois, também dar-lhe nota que não existe
nenhuma PH no mercado, o que existe é que aquilo está dividido por frações, contudo, não foi
constituída por escritura a Propriedade Horizontal. Depois, sendo o Município, o proprietário
com maior permilagem do edifício, ora por Lei, terá o Município que promover todos os atos
para que essa constituição seja feita. Eu acho que toda a gente tem interesse, "nós, vocês e os
outros", em que aquele sítio seja um sítio agradável para todos e, de facto, tem que ser porque
toda a gente estaciona ali o carro, toda a gente passa ali todos os dias e, de facto com a
deterioração que aquilo tem levado, não fica nada bonito para nós e para o concelho e, o senhor
há pouco estava a dizer que nós, oposição não lhe damos ideias, mas nós até damos algumas,
mas o senhor às vezes não as aceita. Olhe, ficava bem ali um Posto de Turismo, um centro de
indicações, em vez das pessoas irem às nossas lojas perguntar como é que vão para o Castelo,

Sessão ordinária de 2019, abril, 15

para onde é que vão para a Biblioteca... ficava ali bem, uma coisa destas. Colocava ali um funcionário num Posto de Turismo para dar indicações às pessoas. Porque ali é onde toda a gente vai ter. Ali é que é o centro da mobilidade e das pessoas, isso em relação às opiniões. ------------- Essa questão do Pavilhão também é uma mera opinião, essa questão do embelezamento, estou a falar do mercado, como podia estar a falar de outro sítio qualquer e, com certeza quando ver mais algum, também o informo. Que de facto, aquilo que a Professora Cristina disse e tem razão, ficava bem ali umas flores. É evidente que as floreiras grandes no chão, as pessoas vão estragar, porque infelizmente, as pessoas estragam muita coisa. Mas, se for de facto, uma forma de se colocar aquilo nos pilares de uma forma suspensa, também não gasta muito dinheiro e é uma coisa que embeleza o mercado. São ideias e que não custam muito dinheiro. ----------- Usou da palavra o PMAM que disse: "Eu cometi aqui um lapso. O Senhor Presidente tinha dito que a Senhora Arquiteta Patricia, enquanto Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Territorial, ia explicar as questões administrativas, quer do pavilhão das Meãs, quer da Casa de Gatões e, portanto, eu vou dar-lhe a palavra e, depois, darei a palavra à Senhora Deputada ----- O PMAM deu a palavra à Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Territorial, Arq. Patrícia Mendes que disse: "Em relação à casa de Gatões, como já foi esclarecimento meu em relação a este assunto, é do conhecimento de todos o nível de dificuldade que existe em arranjar empreiteiros para executar este trabalho. Neste momento há desenvolvimentos. Nós temos acompanhado a situação com proximidade junto dos proprietários da casa. A obra de demolição já foi adjudicada à empresa Cavaleiro e C.ª M. Pimentel e nós estamos a prever que a demolição esteja feita num muito curto prazo, estando neste momento a articular a disponibilidade de dia para nós procedermos ao corte e proteção da via para o trabalho poder ser executado. ------------ Relativamente à questão do Pavilhão das Meãs, a situação é diferente. Trata-se de uma situação de uma associação enquanto a outra situação se trata de uma situação de um particular que nunca se pôs de parte na tentativa de resolver a questão. Aqui, nós logo a seguir à tempestade, efetuámos uma vistoria em que consta da mesma, a "ordem" de demolição da parte que corresponde ao Pavilhão, porque não oferece condições estruturais. Foi alertada a Proteção Civil no sentido de criar um perímetro de segurança, mas a "ordem" de demolição foi imediata. Não queremos partir para o mesmo processo de tomada de posse porque se trata de uma associação, corroboro aquilo que o Senhor Presidente disse nomeadamente com todas as

Sessão ordinária de 2019, abril, 15

diligências que a Câmara fez para ajudar a resolver o problema, não tendo sido aceite, só nos resta agora partir para a notificação formal no sentido de iniciar todas as diligências formais e legais no sentido da Câmara se substituir à Associação na execução da demolição." ----------- O PMAM deu a palavra ao membro Ana Cristina Jorge (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) que disse: "Obrigada Senhora Arquiteta pelas suas explicações. Só duas notas muito breves aqui ao Senhor Presidente. Relativamente à questão das garrafas, congratulo-me, mas se eu não lhe tivesse falado nisso, o Senhor Presidente se calhar não nos dizia. Assim já ficamos a saber e estamos todos satisfeitos com essa boa nova. Mas, não se esqueça de uma coisa, já agora, peço-lhe por favor, uma vez que fazia parte da minha recomendação, também a reutilização de sacos, por favor quando me fizerem chegar documentação da Assembleia Municipal, não em saco de plástico por favor. Eu trago aqui um, passo a publicidade, é um saco reutilizável e, portanto será fácil de implementar. Naturalmente irá ter um custo maior no início mas depois, certamente as pessoas ou o entregarão ou de alguma forma há onde encontrar, tantas cabeças pensantes, a melhor estratégia para a reutilização e para a utilização destes sacos, esquecendo de uma vez por todas o saco de plástico, ainda por cima, mal lhe peguei nas asas e ele rebentou logo, portanto uma péssima qualidade.---------- Depois, queria também dar um esclarecimento ao Senhor Presidente e a esta Assembleia. Por vezes, quando o Senhor Presidente fala ou quando nós falamos, fazemos alguns comentários por aqui, por ali. Isto não se trata de má educação, eu quero que isso fique bem claro hoje, porque realmente, isso é o calor da política que é assim e, relembro para quem nunca esteve ou para quem queira estar e vá ver, a Assembleia da república tem dois secretários só e somente para escrever os comentários que se fazem nas diferentes bancadas quando o Senhor Primeiro Ministro está a falar, quando os outros líderes de bancada estão a falar, portanto esses dois secretários têm de escrever os comentários que se fazem de uma e de outra bancada, no calor da emoção que é a política, porque a política é emotiva e, portanto quem gosta de política tem de ter esta emoção e, às vezes não se contém a fazer um ou outro comentário. Isso não é má educação. Eu queria esclarecer isso de uma vez por todas. Por vezes nós estamos a falar, a bancada ao lado também está a dizer qualquer coisa e, portanto, claro que nós temos toda a consideração por aquilo que dizem uns e por aquilo que dizem outros, no respeito pela forma de pensar e pelos princípios a que estamos ligados pelos nossos partidos políticos e pelos seus princípios e, portanto, isso faz parte da democracia, não queremos aqui, de facto, estar a ser menos corretos e, se nós formos então para Inglaterra, certamente que todos vós tendes tempo

às vezes de ver e, portanto a política é mesmo assim e, ainda bem que é assim. Seria bom é que
viessem mais e seria bom que houvessem mais jovens e mais mulheres a participar e, mais
homens também, porque é das muitas ideias que nasce algo de novo e eu, sou sempre apologista
disto. Por isso, é que nós às vezes, damos estas ideias ao Senhor Presidente e damos-lhe algumas
sugestões porque não as queremos guardar para nós. Também temos uma ideia sobre as coisas,
mas vamos partilhando daquilo que sabemos e daquilo que é o melhor para o nosso concelho."
O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: "Só dar uma resposta à Dr.ª Maria João.
Concordo com a ideia e até nem estou em desacordo consigo de alguma falha minha. Não tenho
problemas nenhuns em admitir isso, porque a sucessão de acontecimentos é tal que às vezes há
pormenores que ficam para trás, admito isso perfeitamente. Já pedi aos Serviços, não posso ir
eu convocar as reuniões, só que como me é dito, não há muitas juristas e, por vezes há coisas
mais urgentes para fazer e, portanto, tem ficado para trás mas, de certeza que isso vai ser
resolvido
Quanto à questão do Posto de Turismo, nós temos uma proposta para concessionar o
quiosque que está ali no largo e, portanto a sua ideia é aceitável mas com este quiosque aqui,
que não o posso remover, há uma pessoa que quer reativar aquilo para venda de bolachas e
outras coisas e, ao mesmo tempo, assegura o trabalho de promoção turística, a entrega de
folhetos e isso tudo. Obviamente que terá de ir a concurso publico, porque poderão haver mais
interessados
Também à Dr.ª Cristina Jorge, que não lhe respondi à questão dos sacos de plástico, não
porque não tenha também projetos nessa matéria. Na verdade, temos. Temos é um problema
para resolver. Há um tempo atrás, porque nós somos solicitados pelas associações, pelas
entidades que organizam os trails e os raids de btt, para nós colaborarmos com esses sacos da
Autarquia e, compramos em grande quantidade. Nós vamos continuar a tê-los, mas, já dei
indicações de que não vai haver mais aquisição de sacos de plástico. Portanto os que estão
adquiridos vão ser gastos. Não os podemos deitar no lixo
Dar-lhe nota de que no âmbito dessa candidatura, tanto a Dr.ª Andreia Lopes, como a
Dr.ª Catarina Costa estão a promover também algumas iniciativas junto do comércio local e
querem promover a utilização de sacos reutilizáveis e sacos que venham a substituir
definitivamente o plástico e, instituir regras para que essas pessoas/empresários
voluntariamente possam aderir a este combate ao plástico que também pretendemos fazer na
Autarquia."

Ponto 3. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, os Documentos de Prestação
de Contas 2018
O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: "Quem melhor que o Senhor Revisor Oficial
de Contas para se pronunciar sobre as contas?
Dar nota de que politicamente, o que tenho a dizer é que nós continuamos a seguir a
nossa trajetória de extremo rigor com as contas da Câmara, com os pagamentos e a prova está
de que temos resultados positivos, os indicadores são todos positivos e, nessa perspetiva, há
uma contínua melhoria, há um caminho que está a ser feito, consistente e, as notações que o
senhor Revisor Oficial de Contas faz, são questões que do ponto de vista interno, têm algum
custo de implementação e há alguma dificuldade de implementação, inclusivamente a questão
dos próprios seguros que ele ali refere, é que não se refere que o procedimento que está a ser
feito está mal, que é uma coisa que pode aí gerar alguma confusão, é que nós temos que fazer
um procedimento único de contratação. Ele recomenda um procedimento único de contratação,
cujo caderno de encargos está quase pronto, é um processo que já vem do meu mandato
anterior, cujo responsável é o Dr. Cristiano. Essa é a recomendação que o Senhor Revisor faz e
basicamente para que toda a gente perceba, eu não tenho nenhum problema com as contas.
Passo de imediato ao Dr. Marques de Almeida a quem agradeço a sua presença
Usou da palavra o PMAM que disse: "Muito obrigada por mais uma vez nos fazer aqui
esta explanação mais técnica daquilo que são as contas do Município de Montemor-o-Velho." -
O PMAM deu a palavra ao Senhor Revisor Oficial de Contas, Doutor Marques de Almeida
que disse: "Nós, no decurso do ano 2018, à semelhança dos anos anteriores, desenvolvemos a
nossa atividade no Município, na Câmara com o máximo de independência. Não tivemos
constrições nenhumas, nem obstáculos quer do Senhor Presidente, quer dos órgãos, quer dos
funcionários e, tivemos acesso a toda a documentação que consultámos. Portanto,
desenvolvemos a nossa atividade com o máximo de independência. Não há constrições, nem
obstáculos nenhuns. À semelhança do que tem sucedido nos anos anteriores. Mas, convém
enfatizar isto, porque, de facto, a independência numa situação destas é fundamental
Segundo ponto: a linguagem que eu vou utilizar na comunicação que faço à Assembleia
é uma linguagem económico-financeira, portanto, é possível fazer igualmente uma utilização
política dos resultados que são apresentados mas, não é essa a minha função. A minha função é
comunicar os números objetivos que são apresentados pelos órgãos, pelo Município de
Montemor-o-Velho

Portanto, os números estão no balanço e estão na demonstração de resultados e é sobre
esses números que eu efetivamente vou falar. Em princípio, esses números serão objetivos
porque em contabilidade os saldos é que informam a situação económica e financeira do
Município
Por outro lado, e como terceiro ponto prévio, nós emitimos um relatório com 28 folhas
portanto, não vou estar aqui a pormenorizar. Penso que esse relatório foi disponibilizado a todos
os membros da Assembleia
Colocados estes três pontos dizemos, eu vou fazer uma abordagem macro das contas,
não vou entrar em muitos pormenores, só quando forem de facto, necessários
No relatório, são analisadas todas as contas quer do balanço, quer da demonstração de
resultados que foram apresentadas e que refletem a situação económico-financeira do
Município de Montemor-o-Velho
Estas contas, em termos macro não apresentam distorções materialmente relevantes,
ponto um
Segundo: aquilo que consideramos relevante são duas situações. Uma, mais ou menos
negativa e outra positiva. A negativa é que continuamos a colocar reservas nas contas do
Município. E continuamos a colocar reservas nas contas do Município por uma razão muito
simples. Isto é uma situação que nem sequer é datada do Senhor Presidente, desde que ele
tomou posse, mas é uma situação anterior na medida em que no Balanço apresentado estão
cerca de trinta milhões de ativos que ainda não foram escalpelizados e, portanto, as contas do
Município não refletem as amortizações que esses imobilizados deviam estar já refletidos nas
contas do Município. Portanto, há trinta milhões de ativos imobilizados que ainda não se sabe
em pormenor a que é que se referem e, portanto, não estão individualizados nas contas. É um
bolo, mas se é um investimento total, um investimento tal pormenorizar, isso ainda não se
conseguiu fazer e penso que é um trabalho com alguma dificuldade em executar
Esta é uma reserva tradicional que se tem colocado nas contas do Município
Outro aspeto positivo é que o limite da divida são cerca de vinte e três milhões e setenta
e sete mil e, o Município ainda tem capacidade de endividamento na ordem dos oito milhões de
euros. Portanto, nós afirmamos que as contas, tirando o primeiro aspeto da reserva relacionada
com os imobilizados, não tem distorções materialmente relevantes
Alguns aspetos de pormenor são os seguintes:
Relativamente ao endividamento importa salientar que, no ano que estamos a apreciar,

os emprestimos diminuiram em cerca de tres milhoes de euros. E um aspeto importante que
convém realçar aqui nesta situação de aprovação das contas. Há uma diminuição da dívida em
cerca de três milhões de euros. Portanto, é um aspeto importante pelo facto de a Câmara ter
saído do mecanismo do desequilíbrio financeiro. É importante salientar que neste ano, estes
passivos, empréstimos diminuíram em cerca de três milhões de euros
Depois, convém também referir um aspeto que pode ter implicações no futuro. É que há
cerca de trinta ações, umas mais recentes outras mais antigas, contra o Município. O somatório
dessas ações atinge um valor de cerca de dois milhões de euros (um milhão, novecentos e
dezanove euros). Duas ações que totalizam cerca de meio milhão de euros, o Município já
ganhou em primeira e segunda instância, mas no entanto, houve ainda recurso, o que quer dizer
que eventualmente pode estar aqui um ónus a pagar no futuro, se de facto não derem razão ao
Município, de cerca de um milhão e meio de euros. No entanto, os advogados não se pronunciam
quanto ao êxito ou <i>"inêxito",</i> como é normal, destas ações. Portanto, há aqui eventualmente um
risco mas de acordo com as duas primeiras ações que foram ganhas pelo Município. Há aqui este
risco
Depois, em relação aos principais indicadores financeiros, convém dizer e, convém ler
no relatório, que os desequilíbrios a curto prazo, no ano 2018 de uma maneira geral melhoraram
em relação ao ano 2017, bem como o indicador da estrutura do endividamento. Portanto, os
indicadores principais, rácios financeiros, são bastante evidentes e refletem um equilíbrio
interessante do Município
Relativamente à problemática da execução orçamental, ela também foi desenvolvida
quer na ótica da despesa, quer na ótica da receita em termos normais
Os indicadores orçamentais também estão consistentes e chamo só a atenção que a
receita corrente, relativamente à despesa corrente, hoje a receita corrente é muito superior à
despesa corrente e tem aqui uma margem, de certa maneira, confortável
O outro aspeto importante é a saída do Plano de Saneamento ou de Reequilíbrio
Financeiro. Isto foi uma decisão política importante e que, de facto o Município deixa de ter um
ferrete que é muito importante para o prestígio da própria administração do Município de
Montemor-o-Velho
Concluindo, as contas, tirando aquelas que referi não têm distorções materialmente
relevantes. As contas estão bem-apresentadas. As contas são transparentes e, portanto, a minha
recomendação é no sentido desta Assembleia aprovar as contas que foram apresentadas pelos

orgaos do Municipio de Montemor-o-Velho
Pediu a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: "Uma intervenção curta. Acho
que o Senhor Professor foi extremamente claro na intervenção que teve. Acho que, até quem,
como eu, não tem nenhuma formação na área financeira e económica, conseguiu perceber
claramente aquilo que disse e portanto, aqui estamos, na minha ótica, fundamentalmente
perante um documento ou uma votação que é política
Pela informação que prestou as contas estão corretas, nada há a obstar a que sejam
aprovadas. A Câmara está no bom caminho. A maior parte dos indicadores são positivos. Sei que,
tal como eu disse, isto é um órgão político, a votação vai ser política, a oposição não vai
concordar comigo. Ainda bem que estamos em democracia
Eu ouvi um técnico que começou por dizer que estava com independência e que tinha
tido acesso total a todos os documentos. Portanto, eu tenho que fazer fé naquilo que acabei de
ouvir, logicamente e, com base nisso, em termos técnicos, nada há a obstar a que as contas sejam
aprovadas, então passamos à parte política. A parte política, isto refere-se àquilo que foi
executado no ano anterior. Medidas políticas obra opções que foram políticas. Aí, as bancadas,
vão estar decididamente em desacordo, porque as opções políticas foram as do atual executivo.
Poderão ser as melhores, poderão não ser mas, de certeza absoluta, que foram aquelas que
foram consideradas mais adequadas, as que foram prometidas e as que foram sufragadas em
voto pela maioria dos eleitores deste Concelho e, portanto, traduzindo a clareza, o rigor, com
indicadores positivos, com total transparência, refletem as opções que até foram da maioria dos
eleitores que votaram, portanto logicamente que a bancada do Partido Socialista, terá de votar
favoravelmente este ponto e, agradeço ao Senhor Professor a clareza com que nos elucidou
relativamente a este relatório de contas."
Pediu a palavra o membro Celeste Duarte (CDU) que disse: "Três aspetos que queremos
deixar aqui claros. Primeiro é o apreço pela quantidade de informação que nos foi facultada e
pormenorizada que nos foi facultada
Segundo e, como não há bela sem senão dizer que, cinco dias antes, matéria desta
complexidade, uma resma inteirinha de papel para ler é manifestamente curto. De qualquer
forma fica registada a informação pormenorizada que nos foi entregue e que acho de louvar,
apesar do atraso
Terceiro aspeto, apreciação financeira e técnica. Longe de nós por em causa isto.
Obviamente que do ponto de vista financeiro e técnico, não temos qualquer dúvida que isto está

obviamente, tecnicamente bem feito. Ponto prévio
Agora, o que nos interessa aqui também e, como dizia a Dr.ª Albertina é a apreciação
política disto, que é isso que nos interessa. Estão aqui diversos projetos políticos presentes e, é
nessa ótica que a apreciação deve também e, principalmente, a nosso ver, ser feita
Há aqui aspetos positivos, naturalmente. Estas questões ligadas ao endividamento, é
óbvio não podemos deixar de considerar positivo, como é evidente. No entanto, isto são opções
políticas e são projetos políticos, são gastos aqui consideráveis milhões de euros, ao longo deste
exercício, quanto a nós, na sua maioria, malgastos, como é evidente. Não são os projetos que
nós gostaríamos de ver implementados. Não respondem, quanto a nós, às necessidades de
resolução dos problemas que são postos a este Concelho, nomeadamente um grande projeto,
verdadeiro projeto de desenvolvimento
Também quero aqui referir, tal como já se falou aquando da aprovação do orçamento
que subjaz a estas contas, é que uma parte considerável da receita corresponde a uma carga
fiscal castigadora dos nossos munícipes e, é até nesse aspeto, nós gostaríamos de ver que as
opções de gasto deste dinheiro revertessem a nosso ver, muito mais no sentido de resolver os
seus problemas, razão pelas quais votaremos negativamente estas contas."
Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre)
que disse: "Muito obrigada Senhor Professor pelos seus esclarecimentos. O Senhor é sempre
uma pessoa muito clara mas, tal como disse, de facto isto é um órgão político e, portanto, a nós
interessa-nos aqui a parte política e o Senhor disse e muito bem, que a receita corrente é muito
superior à despesa corrente, portanto há uma margem confortável, digamos assim. É sobre essa
margem confortável que eu vou ao encontro àquilo que disse o membro desta Assembleia que
me antecedeu, Celeste Duarte, para dizer o seguinte: efetivamente esta receita foi feita à custa
da subida dos impostos dos nossos contribuintes. Eu própria pago os meus impostos aqui no
Concelho, eu sei o que é que me dói, eu sei o que é que vi aumentar os meus impostos e,
portanto está na altura, se calhar, de repensar porque as nossas casas, as casas deste Concelho
estão a ficar vazias. Passem na estrada principal de Gatões. Digo-vos, 75% daquelas casas estão
vazias. Não há incentivos à fixação das pessoas. Os impostos são muito altos neste Concelho. É
altura de mudar, de pensar e, já que existe essa margem favorável, eu desafio o Executivo a, no
próximo ano ou, neste ano ainda para o próximo ano, pensar seriamente nesta questão. É altura
de fazer mudanças. É altura de pensar nos jovens. Temos que deixar a nossa zona de conforto.
Já temos receitas, já temos uma margem confortável, vamos pensar nos outros, naqueles que se

Sessão ordinária de 2019, abril, 15

querem aqui fixar, porque cada vez é mais difícil, os jovens não querem ficar cá, eu tenho três filhos e bem vejo, o que é que eles querem fazer, para onde é que eles querem ir no futuro. E ficam cá a fazer o quê? Ficam cá a viver? Ficam cá a pagar os mesmos impostos do que pagam nos outros sítios? Então vão para outros sítios onde têm transportes públicos muito mais baratos e os têm a todo o momento e a toda a hora, etc., para não falar em todas as outras coisas. Portanto, está na altura desta geração que hoje está aqui, que é executivo, que decide, pensar naquilo que é melhor para os nossos jovens. Para aqueles que estão e que querem ficar, têm direito a ter outros incentivos de fixação e a nossa população também tem direito a pagar menos porque, se efetivamente já estamos numa situação mais confortável, é tempo de pensar." ----------- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: "Há aqui um esclarecimento que eu vou pedir, porque isto depois gera aqui uma confusão. Primeiro, gostam de ouvir tecnicamente, depois aproveitam tecnicamente. Há um rácio que tem que ser respeitado e, é esse rácio que o Senhor Professor Marques de Almeida refere entre a receita e a despesa corrente. E é esse rácio que determina, caso atinja determinada proporção, alerta precoce à DGAL, certo? Confirme, se faz favor. - ----------- Nestas coisas das contas, eu tenho que cumprir um orçamento e tenho que gastar aquilo que posso gastar em termos orçamentais. ----------- Portanto, é esse rácio que o Senhor Professor Marques de Almeida refere, que não permite que eu agora comece a baixar impostos e comece a gastar mais dinheiro ou comece a aumentar a despesa corrente. Esse rácio que todos nós aqui na Câmara procuramos, por forma a que não tenhamos problemas com a DGAL em alertas precoces." ----------- O PMAM deu a palavra ao Senhor Revisor Oficial de Contas, Doutor Marques de Almeida que disse: "Esta matéria está referenciada na página 19, do relatório de auditoria, que diz isto: "Em termos globais e aritméticos, a execução orçamental do Município de Montemor-o-Velho com referência a 31 de dezembro de 2018, apresenta-se equilibrado, tendo em conta que a execução da receita total (87,48%) é superior à execução da despesa total (80,78%). Contudo, a execução encontra-se, na sua generalidade, abaixo do orçamentado, com exceção das receitas correntes e das outras receitas.Chama-se a atenção que para os efeitos do n.º 3 do Art.º 56.º, da lei 73/2013 de 03 de setembro, caso o Município apresente em dois anos consecutivos uma taxa de execução de receita inferior a 85% do previsto no orçamento são desencadeados os mecanismos de alerta definidos naquele artigo." Portanto, o facto de haver, penso eu, alguma margem, há que observar com equilíbrio e ponderação esta equação, porque de outra maneira,

se de facto, durante dois anos consecutivos, a situação vier abaixo daq	ueles limites, encontramo-
nos outra vez numa situação complicada."	
Não havendo mais intervenções e encontrando-se presen	tes 32 membros da AM,
realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por	maioria de acordo com os
seguintes resultados obtidos na votação:	
VOTAÇÕES	
Fernando Jorge dos Ramos	A Favor
Álvaro António Mota Cavaleiro	Contra
Carlos Lucas Correia	A Favor
Bruno Miguel Nunes Ferrão	Contra
Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge	A Favor
Tiago Dinis Santos Silva	A Favor
Ana Cristina da Silva Jorge	Contra
Elisa Maria Sá Pinto	A Favor
António Augusto Santos Torres	Contra
Maria Celeste Santos Oliveira Pires Duarte	Contra
Francisco José Couceiro Nobre	Contra
Fernando Pereira Nunes Curto	A Favor
José António Pecegueiro Ferreira Serrano	A Favor
Maria João Batista Sobreiro	Contra
Célia Margarida dos Santos Craveiro	A Favor
Renato Moço Nogueira Ribeiro	Contra
Luís António Girão da Fonseca	A Favor
Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo	Contra
Joaquim António Graça Rainho	A Favor
Ruben Emanuel Jorge Soure	A Favor
Rui Jorge Félix de Almeida	A Favor
Eusébio Ramos Sousa Campos	A Favor
Victor Manuel Pardal Monteiro	A Favor
Vasco Gonçalo Sousa Martins	A Favor
Joaquim Neves Martinho	A Favor
Paulo Jorge Pinto Rama	A Favor

Antonio da Silva Ferreira	A Favor
João António Góis Girão	A Favor
Dora Marisa Pessoa Maia	A Favor
Raul Nunes Leitão	A Favor
Carlos António Cristino Alves	A Favor
António Correia Pardal Bispo	A Favor
DECLARAÇÃO DE VOTO DA BANCADA DA COLIGAÇÃO POR MONT	EMOR TUDO E SEMPRE
– PPS-PSD/CDS-PP:	
A Bancada da Coligação Por Montemor Tudo e Sempre – PPD-PSI	D/CDS-PP, vota contra a
Prestação de Contas 2018 pelos seguintes motivos:	
Em primeiro lugar dizer que existe, de facto, um saldo positivo d	le um milhão de euros,
o que é um facto positivo, que está diretamente relacionado com os	valores cobrados dos
impostos e que continuam a ser receitas muito importantes para o Muni	cípio
Depois, se analisarmos a questão do investimento esse é sempre	reduzido. Isso já é uma
bandeira deste Executivo, como sabemos. Temos o saneamento, contud	o é sempre financiado,
temos alguma requalificação de algumas estradas e conservação das r	nesmas e pouco mais.
Contudo, também há pouco o Senhor Presidente de Câmara nos disse	que a conservação de
estradas é tutelada pelas Juntas de Freguesia, portanto também aqui	essa responsabilidade
passa para as Juntas de Freguesia o que permite que a Câmara também	não faça aquilo que lhe
compete	
Depois, ao nível da despesa, que já é uma imagem de marca tam	bém deste Executivo, o
que temos são festas. Temos festas na primavera, temos festas no Verão, t	emos festas no Outono
e temos festas no Inverno. Todos os anos existe um aumento gradual na d	espesa e, depois temos
uma grande fatia também, de despesa na área do pessoal	
Outra bandeira que este Executivo também tem é a aquisição e	reparação de viaturas,
porque afinal adquirem viaturas, viaturas, indiscriminadamente. Em	n dezembro de 2016,
adquiriram apenas 36, contudo parece que não foram suficientes e conti	nuam a adquirir mais e
mais, o que depois é natural que os gastos com as reparações de	viaturas também seja
necessário, porque enfim, tem que haver o desgaste e a manutenção da	s mesmas
Portanto, basicamente está tudo dito sobre a política deste Execu	utivo
De referir também que apressadamente, tanto o Senhor Professo	or Marques de Almeida,
como o Senhor Presidente de Câmara, vieram logo em atalho de foice na	intervenção falar sobre

Sessão ordinária de 2019, abril, 15

a recomendação que é feita sobre a questão dos seguros. Ainda bem que esta bancada fez a denúncia que fez na última Assembleia Municipal e mostrou preocupação com essa situação e, porque de facto, esta questão já era uma questão antiga, que continua sem ter solução, contudo, perspetiva-se que vá ter solução e, portanto, aguardaremos que ela seja de facto feita.----------- Podemos concluir que, de facto, com o resultado positivo que obtiveram no ano 2018, agregado à falta de investimento poderia este Executivo pelo menos, ter dado oportunidade aos nossos munícipes de terem uma carga fiscal menor, pois a redução das taxas propostas pelos nossos Vereadores era possível e exequível dentro deste cenário. Infelizmente, Montemor parece que está em contraciclo com políticas redutoras, sem visão de futuro deste Executivo." ------ Ponto 4. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a 2.ª Revisão ao Orçamento 2019 e Grandes Opções do Plano 2019-2022,------------ O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: "Eu por acaso já disse na intervenção que fiz anteriormente, não fui ouvido na bancada do PPD-PSD/CDS-PP. Na verdade, isto da gestão financeira da Câmara ou se sabe ou não se sabe e, nessa perspetiva aquilo que dizem que esta tal folga que me permite passar um saldo de gerência, a verdade é que, para o equilíbrio orçamental e para que se possa fazer obra, dadas as contingências que eu tenho que viver, do ponto de vista orçamental, que é ditado por uma média aritmética, feita com anos anteriores e com um conjunto de receitas que deveriam ter evoluído naturalmente no passado e, não evoluíram como deviam ter evoluído eu tenho que fazer passar saldo orçamental para poder atingir um equilíbrio orçamental e para poder gastar em obras, em tudo aquilo que o Executivo entender fazer e, por isso, não há margem. Se eu baixar a receita, deixo de ter equilíbrio na mesma. Isto é como um lençol na cama, se puxamos para um lado, destapa os pés, se puxamos para o outro destapa a cabeça e, portanto, não vale a pena, ele não estica. Portanto, o equilíbrio que aqui é referido é aquele equilíbrio ótimo que permite que nós possamos fazer alguma coisa no futuro e, ainda este ano e, nos próximos dois anos de forma a que as obras possam surgir e ----- De dizer que, apesar do saneamento ser financiado, a câmara tem que adiantar o pagamento das faturas, ou tem dinheiro ou não tem. No passado, o que acontecia é que não havia autos de medição e não havia cumprimento, as obras tinham de parar por falta de pagamento e, portanto, os senhores deputados poderão pensar, isto aqui está tudo a nadar em dinheiro, está tudo folgado. Não é verdade! Nós temos que adiantar o dinheiro e é muito dinheiro que temos que adiantar nos projetos financiados que depois tardam em vir, como se

queixani todos os Presidentes de Camara. Od na difineiro par	a lazer alluar todo este processo
ou não há	
A alteração orçamental é para incorporação de saldo d	e gerência."
Não havendo mais intervenções e encontrando-se	presentes 32 membros da AM,
realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprova	da por maioria de acordo com os
seguintes resultados obtidos na votação:	
VOTAÇÕES	
Fernando Jorge dos Ramos	A Favor
Álvaro António Mota Cavaleiro	Contra
Carlos Lucas Correia	A Favor
Bruno Miguel Nunes Ferrão	Contra
Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge	A Favor
Tiago Dinis Santos Silva	A Favor
Ana Cristina da Silva Jorge	Contra
Elisa Maria Sá Pinto	A Favor
António Augusto Santos Torres	Contra
Maria Celeste Santos Oliveira Pires Duarte	Contra
Francisco José Couceiro Nobre	Contra
Fernando Pereira Nunes Curto	A Favor
José António Pecegueiro Ferreira Serrano	A Favor
Maria João Batista Sobreiro	Contra
Célia Margarida dos Santos Craveiro	A Favor
Renato Moço Nogueira Ribeiro	Contra
Luís António Girão da Fonseca	A Favor
Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo	Contra
Joaquim António Graça Rainho	A Favor
Ruben Emanuel Jorge Soure	A Favor
Rui Jorge Félix de Almeida	A Favor
Eusébio Ramos Sousa Campos	A Favor
Victor Manuel Pardal Monteiro	A Favor
Vasco Gonçalo Sousa Martins	A Favor
Joaquim Neves Martinho	A Favor

Paulo Jorge Pinto Rama	A Favor
António da Silva Ferreira	A Favor
João António Góis Girão	A Favor
Dora Marisa Pessoa Maia	A Favor
Raul Nunes Leitão	A Favor
Carlos António Cristino Alves	A Favor
António Correia Pardal Bispo	A Favor
Ponto 5. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Consti	ituição de Empresa
Intermunicipal (Município de Mira, Município de Montemor-o-Velho e Mu	ınicípio de Soure) e
integração do Município de Montemor-o-Velho na mesma, bem como a agr	egação dos serviços
de água, saneamento e outros serviços - Aprovação das alterações aos	documentos para a
Constituição	
O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: "A informação dos Servi	ços é clara e eu vou
ser muito sucinto nesta matéria. Na realidade do Município de Montemor	-o-Velho é o último
aprovar em Assembleia estas alterações, efetivamente elas estavam agend	adas anteriormente
e, portanto, está toda a gente à nossa espera, para poder remeter isto	finalmente para as
Entidades que tutelam este processo	
Na realidade aquilo que foi feito foi, a Comissão de Trabalho que	está integrada por
vários técnicos dos vários Municípios, aproveitou os pareceres tanto do Tribu	ınal de Contas como
da ERSAR, para fazer as correções necessárias ao projeto inicial que no	s foi entregue pela
empresa que preparou o estudo. E em colaboração com essa mesma em	presa fizeram-se as
alterações necessárias, por forma a que fossem acatadas a esmagad	lora maioria dessa
recomendações, umas que eram de caráter facultativo, eram recomend	dações, outras que
denunciavam algumas situações não corretas, ou que tinham de ser altera	das, e é o resultado
desse trabalho que nós trazemos aqui hoje à AM, e se quiserem mais algum	esclarecimento em
detalhe, a Eng. Isabel Quinteiro que lidera essa equipa de trabalho pode	rá prestar qualquer
esclarecimento	
O mesmo se vai aplicar também, é a mesma situação para o Regul	amento que depois
virá aqui também em análise, que na mesma medida e porque é um assunt	to que é tratado em
bloco, e em conjunto, também sofreu recomendações das Entidades e o	que nós fazemos é
acatá-las, a esmagadora maioria são afinações e, portanto, também é	o resultado dessas
alterações aquilo trazemos aqui."	

Pediu a palavra o membro Celeste Duarte (CDU) que disse: "A CDU	será com certeza,
como já foi da primeira votação deste mesmo assunto, a única voz dissonar	nte. É conhecida a
posição do Partido Comunista Português e da CDU nestes aspetos,	resta-me desejar
ardentemente, que o tempo não nos venha dar razão, oxalá estejamos engana	dos. Portanto quer
neste ponto, quer no seguinte e pelas razões já subjacente conhecidas votare	mos contra."
Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 31	membros da AM,
realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria	de acordo com os
seguintes resultados obtidos na votação:	
VOTAÇÕES	
Fernando Jorge dos Ramos	A Favor
Álvaro António Mota Cavaleiro	Contra
Carlos Lucas Correia	A Favor
Bruno Miguel Nunes Ferrão	Contra
Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge	A Favor
Tiago Dinis Santos Silva	A Favor
Ana Cristina da Silva Jorge	Contra
Elisa Maria Sá Pinto	A Favor
António Augusto Santos Torres	Contra
Maria Celeste Santos Oliveira Pires Duarte	Contra
Francisco José Couceiro Nobre	Contra
Fernando Pereira Nunes Curto	A Favor
José António Pecegueiro Ferreira Serrano	A Favor
Maria João Batista Sobreiro	Contra
Célia Margarida dos Santos Craveiro	A Favor
Renato Moço Nogueira Ribeiro	Contra
Luís António Girão da Fonseca	A Favor
Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo	Contra
Joaquim António Graça Rainho	A Favor
Ruben Emanuel Jorge Soure	A Favor
Rui Jorge Félix de Almeida	A Favor
Eusébio Ramos Sousa Campos	A Favor
Victor Manuel Pardal Monteiro	A Favor

Vasco Gonçalo Sousa Martins	A Favor
Joaquim Neves Martinho	A Favor
Paulo Jorge Pinto Rama	A Favor
António da Silva Ferreira	A Favor
João António Góis Girão	A Favor
Dora Marisa Pessoa Maia	A Favor
Carlos António Cristino Alves	A Favor
António Correia Pardal Bispo	A Favor
DECLARAÇÃO DE VOTO DA BANCADA DA COLIGAÇÃO POR	MONTEMOR TUDO E
SEMPRE – PPS-PSD/CDS-PP:	
"A bancada da Coligação "Por Montemor, Tudo e Sempre" PPD/PS	SD- CDS/PP, vota contra
este ponto, tal como votou no dia 30 de abril de 2018, quando nos foi ini	icialmente apresentada
esta constituição de Empresa Intermunicipal e, como não podia deixa	r de ser, votamos hoje
novamente contra a aprovação das alterações dos documentos, e pelas s	seguintes razões:
1º - Devemos salientar o desnorte que todo este processo enve	redou senão, vejamos:
no passado, ainda muito antes da constituição da Intermunicipal, questi	onamos o senhor PCM
como estava a situação. Foi-nos dito por ele que não estava a chega	r a um acordo com os
Concelhos parceiros porque teria que aumentar a água, e que ia rescinc	dir. Foram estas as suas
palavras, e depois fomos surpreendidos com a constituição da Empresa I	ntermunicipal
2º - Constituição esta que sempre nos suscitou muitas dúvidas. A	primeira de todas, que
já foi explicado, mas hoje voltamos a reiterar, e porquê a tomada deste c	caminho e não outro. O
porquê da escolha destes dois Municípios que estão numa posição m	ais frágil em relação a
Montemor-o-Velho, tendo em conta os níveis de cobertura de saneamer	nto
Não entendemos no ano passado, e continuamos a não entende	r o porquê, de não nos
ser apresentado um estudo prévio, que nos permitisse verificar qual a	melhor solução para o
nosso Concelho, e a justificação de por exemplo não nos juntarmos, po	or exemplo à INOVA de
Cantanhede ou às Águas de Coimbra, que muito embora tenha o Executiv	vo apresentado alguma
justificação, não nos parece que tecnicamente, tenha sido a melhor opção	o, portanto porque com
estas Entidades temos uma proximidade geográfica, como pelo seu sabe	r, pela sua experiência,
pela dimensão e escala, e que nos podiam dar outras garantias de suce	sso. Pois, pese embora
sejam prioritárias as Entidades que agreguem um conjunto de Municípi	ios ao nível dos fundos
comunitários, ainda não é claro e evidente que fiquem totalmente de	fora, aqueles que não

estejam agregados. Certamente, que os outros Concelhos não vão querer ficar de fora dos
Fundos Comunitários, nem de investimentos deste nível, por outro lado, estamos numa fase
adiantada do atual Quadro Comunitário, com elevadas taxas de execução em algumas destas
áreas, e não se conhecem as linhas do próximo quadro, não podendo ser dadas garantias para
os financiamentos futuros, de que também esta constituição da Intermunicipal possa no futuro
vir a sofrer com estas vicissitudes
Depois, continuamos ainda sem entender, novamente, qual é o sentido de atravessar o
Concelho de Cantanhede para fornecer Mira, são 36 quilómetros de ligações e condutas, e por
mais solidários que sejamos com os Concelhos vizinhos, nós fomos eleitos independentemente
da cor partidária, para defendermos os nossos Munícipes, e não nos parece de todo que esta
solução seja a mais acertada para o nosso Concelho
O que pretendemos para o Concelho, é a melhoria efetiva dos serviços, que são
prestados ao nível do abastecimento de água e saneamento, que exista melhor qualidade de
água, que tenha menos ruturas e por consequência tenham menos faltas de água
Pretendemos que os Munícipes não verifiquem no futuro, o aumento das tarifas que lhe
irão ser cobradas
Depois, quanto ao plano de investimento, o nosso entendimento no ano passado ele
estaria subavaliado, e de facto o parecer da ERSAR sobre esta matéria foi demolidor, porque
pediu exatamente que esse plano fosse remodelado, e a informação que tínhamos é que o ano
passado o Município, o nosso Concelho, iria entrar para esta Intermunicipal com cerca de 1
milhão de euros, agora com as alterações são 680 mil euros, e mais 2 milhões de euros em
equipamentos, e isso mantém-se. O empréstimo que estava inicialmente previsto no ano
passado da Intermunicipal proceder após a constituição, era de 10 milhões, agora já é 14.720
milhões de euros, portanto não sei o que isto quer dizer, o que de facto o que nos parece é que
isto anda completamente tudo sem sentido, sem saber o que fazer, o que se vê é milhões,
milhões, milhões, milhões, e depois resultados úteis para o nosso Concelho não temos, vamos
ter de facto as tarifas depois com certeza mais altas, a rede que deve ser a preocupação que o
nosso Concelho tem, em reformular a rede de abastecimento de águas que já é muito antiga, e
isso é outra vez os 2% de recuperação/ano, e isso não é o suficiente para o nosso Concelho
Portanto, aquilo também que nos acresce dizer é que, a sociedade que foi contratada
para promover estes estudos, com certeza há-de ter levado uns milhares de euros, cujo
representante é um ex-governante, Paulo Campos, eleito pelo Partido Socialista, amplamente

conhecimento também por ser investigado no âmbito das PPP rodoviárias, o que por si só,
também é um cartão-de-visita, e ao que parece, no que diz respeito aos seus conhecimentos
desta área, muito deixa a desejar, pelo menos se leram com atenção o parecer da ERSAR, que é
de facto demolidor
Portanto, por via de todas estas questões, e porque realmente esta bancada tem
interesse que haja benefícios para as pessoas, e que os serviços sejam prestados
convenientemente, e não numa lógica de criar encaixes políticos de trabalho para toda a gente,
ou quem interessa, nós não nos revemos nesta situação, e por isso esta bancada não tem outra
solução se não votar contra este ponto."
Usou da palavra o PMAM que disse: "Muito obrigada senhora deputada Maria João
Sobreiro! Porque, há algumas questões que podem não ter ficado bem esclarecidas, dada a
questão inicial sucinta que o senhor PCM fez, eu dar-lhe-ei a palavra, porque há 2 ou 3 questões
que podem não terem ficado bem clarificadas e ele pediu-me que ficassem."
Usou da palavra o PCM que disse: "Independentemente da liberdade de voto e da
liberdade de expressão que todas as bancadas têm de ter, há coisas que não podem ficar no ar
e em dúvida
Ponto 1 - Todos os documentos que foram corrigidos, incluindo aqueles que não foram
corrigidos, foram distribuídos a todos os membros desta Assembleia. Inequívoco para que não
haja dúvidas, e aí poderão encontrar respostas para as dúvidas que aqui lançaram. Se não
concordam com o estudo é uma coisa diferente. Agora, há documentos que demonstram porque
é que é a escolha desta entidade ou deste tipo de entidade jurídica, o porquê dessa entidade, os
estudos de viabilidade financeira, tudo está lá explicado de forma clara e inequívoca. Podemos
não concordar tecnicamente com os estudos, isso é uma questão. Outra questão é dizer aquilo
que está a ser dito, que pode suscitar que não foram entregues os documentos atempadamente.
Outra coisa que acho de muito mau gosto, numa situação desta natureza, o Sr. Paulo
Campos é um consultor da empresa que ganhou um concurso público na Câmara e, portanto, eu
não sabia nem sei a que título a que lá está e, portanto, isso não pode influenciar o estudo, a
viabilidade ou o mérito de estudo. Para que fique aqui a constar, foi sempre uma pessoa com
quem eu nunca me dei, com quem eu me dei muitíssimo mal e toda a gente que assistiu às
reuniões sabe que as reuniões eram muito azedas da minha parte com este senhor e, portanto,
não percebo essa insinuação, aliás entendo que a política está para além dos ataques pessoais e
das subtilezas do discurso, e digo isto de forma expressiva porque eu não uso no meu discurso

Sessão ordinária de 2019, abril, 15

coisas subentendidas e mensagens subliminares. Sou muito frontal quando digo as coisas, e isto são coisas que são lidas por juízes, relatores do tribunal de contas, por entidades como a ERSAR e podem-se aqui suscitar dúvidas que me parecem pouco razoáveis e pouco sensatas. Nós na política temos que manter o nível, e o nível elevado quando sabemos que isto vai ser apreciado por entidades que são extremamente rigorosas, mas que fique inequivocamente aqui e que alguém diga o contrário que todos os documentos foram facultados aos Senhores deputados, como aos Senhores Vereadores, puderam esclarecer, e como hoje se podem esclarecer sobre qualquer dúvida e as deliberações são livres, conscientes e absolutamente assentes em factos que poderem ser medidos, podem ser aferidos nos documentos que foram fornecidos, para que não haja dúvidas." ----------- 6. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Alteração do Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água e do Serviço de Saneamento de Águas Residuais do Município de Montemor-o-Velho - Proposta final.---------- Usou da palavra o senhor PMAM que disse: "Como o Senhor Presidente já informou no ponto anterior, todas estas alterações têm a ver com as recomendações feitas pela ERSAR, e que não envolvem nenhum aumento tarifário de Montemor-o-Velho. Isso está claro nos documentos, até eu fui capaz de entender. De qualquer forma, Senhor Presidente, não sei se ----- Usou da palavra o PCM que disse: "Já de agora e porque eu gosto de discussões intelectualmente válidas, nós defendemos a economia circular, defendemos a água, defendemos todo um conjunto de princípios, e aqui temos de ser coerentes desde o primeiro minuto ao último, porque não vale a pena só lembrarem-se de que é preciso banir o plástico, mas também é preciso perceber que há alterações climáticas graves que põem em risco a captação e o abastecimento da água para nós, daqui a uns anos muito curtos, para os nossos filhos e para os nossos netos. ---------- Um dos grandes projetos da intermunicipal é a captação da água do Mondego que é uma fonte inesgotável e o tratamento da mesma. Esse, é o grande motivo que sustenta a intermunicipal, e também foi o motivo porque nós não conseguimos concretizar a estação de tratamento de águas, não conseguimos concretizar nos cinco anos que são aqueles que vão ser sindicados, que a ERSAR recomenda, não diz que está mal feito o estudo, recomenda a revisão do estudo para que esta obra, porque toda a gente sabe que nós não vamos conseguir lançar um concurso público internacional, não vamos conseguir fazer esta obra nos primeiros cincos anos,

Sessão ordinária de 2019, abril, 15

e recomenda que o mesmo estudo seja alterado. E a propósito dessa recomendação, outras recomendações acessórias que a própria ERSAR, não há nenhum desnorte, a própria ERSAR recomenda, não diz que somos obrigados a fazer, contrariamente por exemplo à situação que é alegada da nulidade das deliberações de outros Municípios, não ocorreu no nosso e aí são perentórios em dizer, vocês têm de rever as deliberações, e houve um esforço desses Municípios no sentido de rever, por isso é que nós estamos só aqui a alterar, porque a nossa deliberação foi considerada válida, e portanto, é preciso ter algum cuidado com as palavras e eu lamento que a discussão vá para estes caminhos, e que não se perceba na essência, ou que se ponha em causa que não se tenha lido os estudos, porque está tudo escrito nos estudos, e quem ver estas declarações de voto, ou estas declarações, vai pensar que se calhar não distribuíram os estudos, não, foram todos, e se alguém acha que não foram, diga aqui agora." ----------- Usou da palavra o PMAM que disse: "Houve uma vez que retirei a palavra apenas e só, nunca retirei, sempre dou a palavra mesmo quando acho que é em exagero, como já tenho dito, não é o caso. Senhora deputada Maria João Sobreiro, tem de facto a palavra." ----------- Usou da palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) que disse: "Primeiro perguntar ao senhor Presidente da Assembleia, que agora não estou aqui bem recordada, se o regime diz que o Presidente de Câmara pode responder às declarações de voto das bancadas?" ------------ Usou da palavra o PMAM que disse "Muito bem Dr.ª Maria João Sobreiro. Fui eu que interrompi porque acho que devo dar o esclarecimento na hora, porque a pergunta foi-me diretamente dirigida a mim. Não se tratou de uma resposta à declaração de voto, disse isso quando dei a palavra ao senhor Presidente, porque ele foi sucinto na explicação, e algumas das questões podiam ter ficado omissas como se veio a verificar, por isso lhe dei a palavra. Não há nenhuma resposta à sua declaração de voto, à declaração de voto de quem quer que seja, porque ela é uma declaração de voto, ponto! Houve aqui um esclarecimento adicional para que não ficassem dúvidas de algumas coisas que, enfim me pareceram menos corretas, mas senhora Dr.ª Maria João Sobreiro, não houve nenhuma resposta, houve um esclarecimento. Pode continuar no uso da palavra." ----------- Retomou a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) que disse: "Senhor Presidente, bom, não foi isso que pareceu! Porque de facto, o senhor Presidente estava a colocar em causa a nossa postura enquanto aquilo que dissemos na declaração de voto. Bom, dizer só duas coisas, e ele há pouco, no ponto anterior onde fizemos

uma declaração de voto, acabou também por vir a seguir usar da palavra e res	ponder a isso
Aquilo que nós dizemos nas declarações de voto, são as justificações n	o sentido de voto
que nós temos, e isto é um órgão político. E se a Câmara Municipal, o Executivo	Municipal decidiu
constituir esta intermunicipal, está no seu direito. Agora, a oposição também	tem o direito de
fazer a análise política desta situação, e fizemo-lo no passado, e fazemo-lo h	oje, até porque o
senhor como sabe, a declaração de voto que eu apresentei hoje não é assim tá	ăo nova, o senhor
já a ouviu o ano passado, teve foi umas pequenas alterações como os docum	nentos que foram
aqui apresentados hoje. Portanto, isto não é uma questão nova, parece-me a r	nim que o senhor
terá ficado melindrado, não sei com o quê porque isto é apenas uma posição	o política, Senhor
Presidente de Câmara, que é isso que é exigido da oposição e de qualquer um o	de nós que estava
aqui eleito. É o Executivo que toma aqui as suas decisões e nós fazemos a anál	ise política, e tão-
somente isso. Enquanto cá estivermos, nós não nos calaremos e teremos	sempre a nossa
posição. Olhe, pedimos desculpa por isso! Porque de facto quando votamos co	ntra alguma coisa
nós fazemos declarações de voto, ao contrário de outras bancadas. Muito obri	gada!
Usou da palavra o PMAM que disse: "Era uma picardia agora desneces	sária, mas pronto.
Eu também tenho direito aos meus apartes, já agora	
Penso que estamos então em posição de votar a proposta final	da alteração do
Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água e do Serviço de Sanea	mento de Águas
Residuais do Município de Montemor-o-Velho."	
Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 31 n	nembros da AM,
realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria o	de acordo com os
seguintes resultados obtidos na votação:	
VOTAÇÕES	
Fernando Jorge dos Ramos	A Favor
Álvaro António Mota Cavaleiro	Contra
Carlos Lucas Correia	A Favor
Bruno Miguel Nunes Ferrão	Contra
Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge	A Favor
Tiago Dinis Santos Silva	A Favor
Ana Cristina da Silva Jorge	Contra
Elisa Maria Sá Pinto	- A Favor
António Augusto Santos Torres	Contra

Maria Celeste Santos Oliveira Pires Duarte	- Contra
Francisco José Couceiro Nobre	- Contra
Fernando Pereira Nunes Curto	A Favor
José António Pecegueiro Ferreira Serrano	A Favor
Maria João Batista Sobreiro	- Contra
Célia Margarida dos Santos Craveiro	A Favor
Renato Moço Nogueira Ribeiro	- Contra
Luís António Girão da Fonseca	A Favor
Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo	- Contra
Joaquim António Graça Rainho	A Favor
Ruben Emanuel Jorge Soure	A Favor
Rui Jorge Félix de Almeida	A Favor
Eusébio Ramos Sousa Campos	A Favor
Victor Manuel Pardal Monteiro	A Favor
Vasco Gonçalo Sousa Martins	A Favor
Joaquim Neves Martinho	A Favor
António da Silva Ferreira	A Favor
João António Góis Girão	A Favor
Dora Marisa Pessoa Maia	A Favor
Raul Nunes Leitão	A Favor
Carlos António Cristino Alves	A Favor
António Correia Pardal Bispo	A Favor
Ponto 7. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Pedido de	reconhecimento
de interesse público apresentado pela empresa DE PEDRA E CAL, LDA, para o	local de Fornos,
freguesia de Arazede – Processo n.º 06/2019/18	
Usou da palavra o senhor PMAM que disse: "Antes de iniciarmos o n	osso ponto 7. da
Ordem de Trabalhos, a Senhora Secretaria da Assembleia Municipal Célia Cra	veiro e o Senhor
Presidente da Junta de Freguesia de Arazede, Eusébio Campos, como viram, pe	diram-me escusa
de participar neste ponto	
O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: "Eu irei ser muito sucinto	. Esta é uma das
empresas emblemáticas que operam na área da restauração e na área dos ever	ntos, e agora com
uma possível evolução para Eco Resort e para um outro tipo de prestação	de serviços mais

Sessão ordinária de 2019, abril, 15

alargado, e que é importante para a economia local do concelho. É um empreendimento que se situa numa parte no concelho de Cantanhede e noutra parte no concelho de Montemor-o-Velho. A parte do concelho de Cantanhede está resolvida, a parte do concelho de Montemor-o-Velho precisa de ser resolvida, e bem resolvida, e por isso só é possível resolver a mesma, reconhecendo o relevante interesse público desta entidade, e daquilo que lá está construído e daquilo tudo que representa para a economia local, e a importância das atividades que ali a mesma desenvolve, determina esta proposta do Executivo, para RIP." ----------- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 28 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade de acordo com os seguintes resultados obtidos na votação: ------------- VOTACÕES----------- Fernando Jorge dos Ramos ------A Favor------A Favor------------ Carlos Lucas Correia -------A Favor------A ------- Bruno Miguel Nunes Ferrão -------- Bruno Miguel Nunes Ferrão ----------------- Tiago Dinis Santos Silva -------A Favor------A ------- Elisa Maria Sá Pinto -------A Favor-------A ------ António Augusto Santos Torres ------- António Augusto Santos Torres ------------- Maria Celeste Santos Oliveira Pires Duarte ------A Favor------ A Favor------------ Francisco José Couceiro Nobre -------A Favor------A Favor------------ José António Pecegueiro Ferreira Serrano -------A Favor------A Favor-------------- Luís António Girão da Fonseca--------- Luís António Girão da Fonseca------------- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo ------- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo ------------ Joaquim António Graça Rainho------A Favor------A Favor------------- Ruben Emanuel Jorge Soure-------A Favor------A ------ Vasco Gonçalo Sousa Martins --------- Vasco Gonçalo Sousa Martins -------

Joaquim Neves Martinho	A Favor
António da Silva Ferreira	-A Favor
João António Góis Girão	-A Favor
Dora Marisa Pessoa Maia	-A Favor
Raul Nunes Leitão	A Favor
Carlos António Cristino Alves	A Favor
António Correia Pardal Bispo	-A Favor
Voltou a fazer parte da reunião a 2.ª secretária da Assembleia Municipa	al, Célia Craveiro.
Ponto 8. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a isenção d	e pagamento da
taxa municipal de utilização do Castelo de Montemor-o-Velho - Associação o	le Estudantes da
Escola Secundária de Montemor-o-Velho	
O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: "Eu penso que não há mui	to aqui a dizer. É
um pedido que ultrapassa o valor sobre o qual nós podemos deliberar e, porta	anto, tem que vir
à Assembleia Municipal. É do interesse de todos, e parece-me de elementa	r justiça, que se
conceda esta isenção, independentemente se depois vão usar ou não, porque	já ouvi dizer que
poderão não usar, mas de qualquer maneira não tenho nenhuma manifestação	nesse sentido."
Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 30 membros da	a AM, realizou-se
a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade de	acordo com os
seguintes resultados obtidos na votação:	
VOTAÇÕES	
Fernando Jorge dos Ramos	-A Favor
Álvaro António Mota Cavaleiro	-A Favor
Carlos Lucas Correia	A Favor
Bruno Miguel Nunes Ferrão	-A Favor
Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge	-A Favor
Tiago Dinis Santos Silva	_A Favor
Ana Cristina da Silva Jorge	-A Favor
Elisa Maria Sá Pinto	_A Favor
António Augusto Santos Torres	-A Favor
Maria Celeste Santos Oliveira Pires Duarte	-A Favor
Francisco José Couceiro Nobre	-A Favor
Fernando Pereira Nunes Curto	A Favor

Jose Antonio Pecegueiro Ferreira Serrano	A Favor
Maria João Batista Sobreiro	
Célia Margarida dos Santos Craveiro	A Favor
Renato Moço Nogueira Ribeiro	A Favor
Luís António Girão da Fonseca	A Favor
Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo	A Favor
Joaquim António Graça Rainho	A Favor
Ruben Emanuel Jorge Soure	A Favor
Rui Jorge Félix de Almeida	A Favor
Victor Manuel Pardal Monteiro	A Favor
Vasco Gonçalo Sousa Martins	A Favor
Joaquim Neves Martinho	A Favor
António da Silva Ferreira	A Favor
João António Góis Girão	A Favor
Dora Marisa Pessoa Maia	A Favor
Raul Nunes Leitão	_A Favor
Carlos António Cristino Alves	A Favor
António Correia Pardal Bispo	A Favor
Ponto 9. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a isenção o	de pagamento da
taxa municipal de utilização do Castelo de Montemor-o-Velho - Encontro Via	jar Tours 2019
O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: "Este é um encontro que o E	xecutivo e, eu em
particular, venho alertar para a máxima importância porque, vão-se aqui	juntar todos os
operadores turísticos que operam no território nacional, e que terão co	omo referência o
acolhimento que tiverem aqui no concelho e no castelo, e que vão estar aqui	um dia inteiro, e
que vão conhecer a realidade deste concelho e deste território, e nessa perspe	etiva, fiquei muito
agradado com a proposta da realização deste encontro anual, que se vai fazenc	do por tudo o país
todos os anos, e que escolheram Montemor-o-Velho para o fazer e, portant	to, essa é a razão
porque se propôs esta isenção, que reputamos da máxima importância este el	ncontro, e a vinda
destes operadores que decidem para onde vão os turistas, a maior parte das v	ezes."
Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 30 membros d	la AM, realizou-se
a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade de	e acordo com os
seguintes resultados obtidos na votação:	

VOTAÇÕES	
Fernando Jorge dos Ramos	A Favor
Álvaro António Mota Cavaleiro	A Favor
Carlos Lucas Correia	A Favor
Bruno Miguel Nunes Ferrão	A Favor
Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge	A Favor
Tiago Dinis Santos Silva	A Favor
Ana Cristina da Silva Jorge	A Favor
Elisa Maria Sá Pinto	A Favor
António Augusto Santos Torres	A Favor
Maria Celeste Santos Oliveira Pires Duarte	A Favor
Francisco José Couceiro Nobre	A Favor
Fernando Pereira Nunes Curto	A Favor
José António Pecegueiro Ferreira Serrano	A Favor
Maria João Batista Sobreiro	A Favor
Célia Margarida dos Santos Craveiro	A Favor
Renato Moço Nogueira Ribeiro	A Favor
Luís António Girão da Fonseca	A Favor
Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo	A Favor
Joaquim António Graça Rainho Joaquim António Graça Rainho	A Favor
Ruben Emanuel Jorge Soure	A Favor
Rui Jorge Félix de Almeida	A Favor
Victor Manuel Pardal Monteiro	A Favor
Vasco Gonçalo Sousa Martins	A Favor
Joaquim Neves Martinho	A Favor
António da Silva Ferreira	A Favor
João António Góis Girão	A Favor
Dora Marisa Pessoa Maia	A Favor
Raul Nunes Leitão	A Favor
Carlos António Cristino Alves	A Favor
António Correia Pardal Bispo	A Favor
Ponto 10. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Propos	ta de Redefinição da

Estrutura Organizacional do Município de Montemor-o-Velho
Usou da palavra o PMAM que disse: Eu tenho também dois pedidos de escusa de
participar neste ponto e no ponto 11. dos Senhores Francisco Nobre e Álvaro Mota Cavaleiro
O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: "Eu vou falar sobre os três pontos, porque
eles estão todos ligados entre si, e dar nota de que vou ser muito sucinto também, dar nota de
que com a transferência de competências para o Município, nós deparamo-nos com um
problema grave, que é o Município estar ou não estar preparado para receber essas mesmas
competências, independentemente de nós já sabermos que elas já foram transferidas, só o seu
exercício é que pode ser dilatado no tempo, ou seja, adiado no tempo e, portanto, como
responsável por recursos humanos não poderia deixar de tomar uma posição enérgica, e o
resultado é este que está aqui
Como se alcançou este resultado? Em primeiro lugar, desafiei os dirigentes desta casa,
para que todos eles dessem os seus contributos, tanto ao nível daquilo que eles pensam como
é que pode ser a estrutura e, recordo que os dirigentes desta casa já o são há muitos anos e,
portanto, seguramente têm mais experiência do que eu na gestão dos recursos humanos e na
gestão da câmara e, eu próprio fiz o meu exercício de estrutura orgânica, mapa orgânico e aquilo
que eu fui dizendo às pessoas é de que pretendia uma verdadeira revolução e pretendia de uma
forma muito objetiva, transformar a organização da Câmara, adaptando-a à realidade
Sucessivamente esta estrutura, estes mapas têm vindo a ser alterados, mas em
operações de pequeno detalhe. Aquilo que aconteceu com esta proposta é uma verdadeira
alteração profunda de toda a dinâmica, e de toda a estrutura, e de toda a forma em como a
Câmara está organizada, e isso impõe-se porque efetivamente há aqui várias realidades que
temos que acautelar
Em primeiro lugar, o exercício de novas competências terá que ter núcleos e setores
especializados, bem dirigidos, bem chefiados, para digamos, assegurar o bom desempenho das
mesmas
Em segundo lugar, não é exigível um chefe de divisão que acarrete, ou que acumule todas
as funções possíveis e imaginárias, quando essas funções de chefia e de direção podem vir a ser
diluídas numa estrutura, em que esses centros de responsabilidade estão mais bem definidos, e
esse dirigente estar mais bem preparado para poder ver, digamos que, a atividade numa
perspetiva menos de detalhe, mas sim de toda a organização. E por isso a constituição de duas
unidades nucleares que vão só por si revolucionar a forma como a Câmara está, ou vai ser gerida

doravante
Por outro lado, esta estrutura incorpora também, como eu disse, esses tais centros de
responsabilização ou de responsabilidade mais especializados, e por isso a criação de unidades
flexíveis que permitam garantir essa melhor responsabilização intermédia, e por outro lado esta
estrutura também define aquilo que eu tenho como projeto dinâmico da própria atividade da
Câmara, daquelas áreas operacionais que eu privilegio, e que eu próprio quero ter um maior
controlo sobre as mesmas, daí que haja uma divisão operacional, profundamente operacional,
criada para sustentar o trabalho da logística, e o trabalho que estamos a desenvolver em parceria
com as Juntas, que é verdadeiramente notável, e que eu quero ainda mais afinar e aprofundar.
As questões ambientais que eu autonomizei e que ficam ao meu cargo, ou seja uma unidade
flexível fica dependente diretamente da Presidência, porque efetivamente já viram os projetos
são muitos, e são projetos que visam colocar Montemor-o-Velho num patamar muito elevado, e
que exigem digamos que um controlo mais especializado das mesmas
Por outro lado, os Serviços da Proteção Civil também foram reforçados porque há novas
competências, e isto se aplica a todas as outras áreas em que a organização é feita de forma a
que possamos acolher melhor as novas competências, e que as mesmas se encaixem aqui de
uma forma mais consistente e mais segura
Dar nota de que isto tem como consequência uma alteração do mapa de pessoal, e nós
vamos receber cento e tal pessoas da Educação, mais quatro pessoas da Saúde, e isto vai quase
que duplicar, nós temos quatro pessoas nos Recursos Humanos e, portanto, nós recebendo mais
cento e tal pessoas temos que reformular tudo isto, e estou dar um exemplo. Como, na questão
das competências da vida animal, da Proteção Civil, da própria Logística Municipal para
assessorar a manutenção da Saúde e da Educação, tudo isto é um paradigma diferente, que exige
esta melhor especialização e esta melhor adequação da estrutura do Município. E quero aqui
dizer que, pediram-me uma prestação de serviços, este trabalho 10.000 euros, nós fizemo-lo
internamente e aqui quero agradecer aos Serviços que o fizeram ao fim de semana, durante três
fins-de-semana seguidos, e isto é de louvar
Esta estrutura é feita à medida do Município, e segundo aquilo que eu preconizei como
organização. Portanto, dar aqui uma outra nota, é evidente que nós vamos precisar de mais
eletricistas, vamos precisar de mais canalizadores, vamos precisar de mais mecânicos, vamos
precisar de mais motoristas, vamos precisar de tudo isto e também vamos precisar de mais
técnicos superiores especializados em determinadas áreas, e por isso mesmo o mapa de pessoal

Sessão ordinária de 2019, abril, 15

também foi alterado não quer dizer que, e aqui há uma coisa que eu quero dizer de uma forma muito clara, não quer dizer que vamos prover tudo e que vamos agora abrir concursos para ingresso na Câmara desses tais técnicos ou desses operacionais. Os concursos que estão abertos só vão concretizar-se para o ano, e portanto eu tenho que obedecer a um orçamento, e o orçamento limita-me à abertura e à concretização desses concursos e da entrada dessas pessoas, agora não podemos é estar desatentos às mudanças e não preparar a organização para isso mesmo e, portanto, com este mapa de pessoal nós estamos preparados, aliás aquilo que está lá são os contributos dos atuais dirigentes, e são eles que me dizem quais são as necessidades que têm em função das competências, em função até da própria deficiência que a Câmara já vinha denotando na sua própria organização porque nós tivemos limitados, nós não podíamos meter ninguém, não podíamos contratar ninguém em função daquilo que aconteceu no passado, e do estado que encontramos a Câmara e do estado que colocaram a Câmara, e nessa perspetiva nós ----- Saindo desse espartilho é evidente que nós vamos visionar outras realidades e vamos ter que fazer ingressar na organização outras pessoas com outras competências. Para que fique também esclarecido, já defini os lugares das unidades flexíveis e das unidades nucleares, esses lugares de chefia os que vão ser ocupados serão aqueles estritamente necessários para a garantia do normal funcionamento da Câmara, serão nomeados em regime de substituição, porque todos os lugares de chefia com esta estrutura vão cair e, portanto, vou nomear em regime de substituição e depois no concurso que ganhe o melhor, e que ganhe aquele que tiver mais bem preparado para exercer as funções. Mas ainda assim, nem todos os lugares das unidades flexíveis irão ser abertos, porque efetivamente nós temos um orçamento, temos uma limitação e eu faço muita questão, já agora que me acusam de ser uma pessoa muito racional na gestão financeira da Câmara, também me dão o benefício da dúvida de que eu não vou desalmadamente agora abrir as portas da Câmara e estragar todo o trabalho que estamos a fazer e, portanto, isto é um trabalho de incorporação de pessoas e de mais-valias que vai ter que ser feito no futuro, agora não podemos é deixar de desenhar toda a estrutura nesses moldes, e por isso mesmo é que também aqui vem à Assembleia, aquilo que é competência da Assembleia que é definir as remunerações de algumas unidades flexíveis de terceiro grau, também a questão das despesas de representação e também definição da remuneração do Coordenador da Proteção Civil. É isso que está em discussão e para decidir e, portanto, penso que esclareci, se houver mais

algum pedido de esclarecimentos será prestado tecnicamente pela Dra. Andreia Lopes. -------

Usou da palavra o senhor PMAM que disse o seguinte: "Muito obrigado Senhor
Presidente! O senhor Presidente de facto fez uma introdução logo dos dois pontos, do ponto dez
e do ponto onze, nós temos que os votar separadamente, mas como eles estão ligados eu julgo
que não haverá objeção nenhuma se os discutirmos também conjuntamente."
Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Por Montemor Tudo e
Sempre) que disse: "De facto, o Senhor Presidente de Câmara explicou-nos muito bem o intuito
do Executivo em promover esta redefinição. Contudo, esta bancada tem duas questões. Muitas
ele foi-nos respondendo na sua intervenção, gostaríamos de saber se a Câmara já tem um custo
e o impacto financeiro que estas alterações que estão a ser aqui votadas hoje, vão ter nas contas
do Município. E depois, gostaríamos que nos explicasse esta equipa multidisciplinar que, nos
parece a nós, pelos documentos apresentados, que está sob alçada do Senhor Presidente e
portanto que responde diretamente ao Presidente, como vai ser composta, que tipo de áreas é
que vão contemplar esta equipa."
Pediu a palavra o membro Celeste Duarte (CDU) que disse: "Primeiro que tudo
acreditamos, temos mesmo que acreditar, que os pressupostos para esta reestruturação são
aqueles que o senhor Presidente acabou de dizer e os que que constam da documentação
A primeira questão que tínhamos era que a Dra. Maria João acabou de colocar. Quais
são, se estão calculados e quais são os custos financeiros desta reestruturação?
O outro aspeto é, pronto, constatamos que se aumenta o número de chefias, certamente
que são as que são de facto consideradas fundamentais, é bom que haja quem mande e que
saiba mandar, esperamos que haja também quem execute, o número de pessoas suficientes para
tal, o Senhor Presidente falou disse há bocadinho, isto não é propriamente uma coisa com
malícia ou qualquer picardia, mas é assim, o Senhor Presidente até referiu, embora eu nem
estivesse à espera que o fizesse, que hão-de faltar eletricistas, canalizadores claro, isto é uma
preocupação séria, como há aqui uma limitação à contratação de pessoas não é, se não estará
já aqui muito claro um dos problemas que nós víamos na municipalização do PSD, e que nós
vemos agora nesta descentralização de competências, que é um "objetivo escondido com rabo
de fora como alguns gatos", a necessidade de um dia destes os Presidentes de Câmara se verem
confrontados com a necessidade de externalizar ou seja, de privatizar serviços."
Pediu a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: "Em primeiro lugar e depois
de ouvir as explicações do Senhor Presidente, eu gostaria de dar os parabéns, os
agradecimentos, essencialmente aos funcionários que fizeram este trabalho que em detrimento

dos seus fins-de-semana e,« portanto com esforço também pessoal, nos apresentaram pelo
menos o projeto ou o trabalho que está aqui, logicamente também sempre com o cunho do
Executivo, nomeadamente, o Senhor Presidente. Portanto, eu repito, em primeiro lugar dar os
meus agradecimentos e parabéns, mas fundamentalmente o reconhecimento pelo trabalho que
foi efetuado por esses funcionários
Em segundo lugar dizer que, face às exigências que são pedidas à Câmara, às
transferências de competências, até transferências de pessoal tudo leva a crer que, cada vez
mais, a Câmara vai ter de pensar na Saúde e na Educação, o que aí vem para a Câmara,
logicamente que urge colocar a Câmara a funcionar de maneira diferente daquela que está
agora, uma maneira que seja mais eficiente, não é que não seja agora, volto a dizer, face aos
desafios que se estão a colocar, gostaria que isso ficasse bem claro, e portanto é preciso agilizar,
é preciso repensar, foi preciso efetivamente mudar a estrutura, a orgânica da Câmara, o mapa
de pessoal, daí que esta apresentação tenha sido colocada e este ponto à Assembleia
Acho que pela explicação do Senhor Presidente ficou bem claro que foi muito bem
pensada, não sabemos se não terá de ser alterada ou não, só a prática o poderá dizer, só no dia-
a-dia quando isto tiver em funcionamento é que se vê se é preciso ou não algum ajuste, a vida é
mesmo assim, e a prática é que nos vai ensinando e dizendo, mas para já por aquilo que ouvimos
e essencialmente até porque tem o cunho dos próprios dirigentes, dos próprios funcionários que
cá trabalham, se acham que é efetivamente o melhor para a Câmara e depois de ouvir as
explicações do Senhor Presidente, nós não temos dúvidas em aprovar estes pontos, os dois,
sempre convictos que efetivamente será o melhor para o Município, para os seus Munícipes e,
portanto, para o concelho de Montemor-o-Velho."
O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: "As questões da Dra. Maria João Sobreiro
foram respondidas na minha intervenção. A resposta é de que, tudo foi calculado e enunciei na
minha primeira intervenção de que, eu tenho de respeitar os limites orçamentais e por isso
mesmo, mesmo que eu pudesse querer nomear toda a gente não podia, e portanto eu irei
nomear os dirigentes estritamente necessários em regime de substituição, irei abrir concursos
para aqueles estritamente necessários para o funcionamento da estrutura tal como ela está.
Sendo certo que eu disse, e é bom que se perceba isto, que a estrutura tem de estar preparada
para todas as eventualidades, e por isso mesmo eu não podia exigir, isto é uma questão de
respeito para com os trabalhadores da casa, é uma questão de respeito mesmo que eu
contratasse o tal consultor que me pediu 10.000 euros para fazer isto, eu não podia gastar os

10.000 € para depois amanhã voltar a reformular isto, amanhã posso reformular mas são
pequeninas alterações de pormenor
O que eu disse na minha intervenção anterior, é que só vou prover os lugares
estritamente necessários para o funcionamento da estrutura e dizer para que não se crie aqui
uma ideia de que há aqui gente que vai ganhar muito dinheiro, ou muito mais dinheiro, há duas
notas que eu quero dar: nas unidades nucleares não chegam a 200€ a diferença salarial, que é
bom que se perceba isto, já que falam nestas coisas, é bom que se perceba isto. Nas outras
efetivamente há uma coisa que eu quero aqui dizer, eu vou nomear em regime de substituição
algumas unidades que já estão a fazer este trabalho há cerca de um ano, e sem qualquer
remuneração acrescida, aí vai haver algumas diferenças salariais. Mas tudo está devidamente
calculado e para este orçamento
Dar outra nota, mesmo que eu abra cinco ou seis concursos este ano, eles não vão ter
impacto orçamental este ano, porque eles não vão estar concluídos neste ano e, portanto, eu
tenho que acautelar o orçamento de 2020 para estas situações e, portanto, as respostas estão
dadas
Quanto à questão da equipa multidisciplinar, bastava basta ler, e eu não vou repetir, o
art.º 58 da Estrutura Matricial, no capitulo 8º está lá tudo que é dito, mas também lhe vou dizer,
eu não sinto necessidade de acionar esta equipa multidisciplinar este ano e, portanto, este ano
também não se colocará esta questão, mas as funções da equipa multidisciplinar estão aqui, mas
é bom que se perceba que eu tenho de ter este recurso à mão, porque em função de um
conjunto de candidaturas que se possam vislumbrar no Portugal 2020 ou na reformulação dos
Fundos Comunitários, eu posso ter que acionar esta Unidade Flexível para me coordenar um
conjunto de candidaturas, que têm de ser feitas em tempo recorde. Eu estou a dar um exemplo
e, portanto, eu tenho que a ter prevista e tenho de que a ter aqui bem esclarecida no
Regulamento e, portanto, é essa a função de tudo isto
Nós construímos o edifício. Nem todos os quartos, nem todas as divisões vão ser
ocupadas. Acho que não podia ser mais claro, e só vão ser ocupadas na estrita medida das posses
e das disponibilidades financeiras, que eu tiver para os recursos humanos deste Município."
Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Por Montemor Tudo e
Sempre) que disse: "O que eu quero apenas aqui dizer é só dar aqui a orientação e o sentido de
voto da nossa bancada, mas só duas notas que é:
Isto é uma grande arma política que vai servir o executivo, e também é uma escolha e

Sessão ordinária de 2019, abril, 15

uma decisão política, como tal a nossa bancada vai optar pela abstenção pois também entendemos que, pese embora o peso que isto vai ter depois no futuro, nós não vislumbramos os resultados que terão, nós não estamos munidos de dados para ter uma análise positiva ou negativa da situação e, portanto quem gere as pessoas, e quem gere a sua casa é que saberá o que é que tem de fazer para melhorar de facto a operacionalidade das coisas. O que nos interessa a nós, é que os serviços sejam todos operacionais, que os munícipes estejam contentes e que nós possamos prestar um bom serviço às populações, é a única coisa e assim ficaríamos todos a ganhar, contudo o nosso sentido vai ser a abstenção. Muito obrigada!"----------- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 28 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria de acordo com os seguintes resultados obtidos na votação: ------------ VOTAÇÕES ------------ Carlos Lucas Correia ------ A Favor------ A Favor----------- Bruno Miguel Nunes Ferrão ------ Abstenção------ Abstenção------------ Tiago Dinis Santos Silva -------A Favor-------A Favor------------ Ana Cristina da Silva Jorge ------ Abstenção------ Abstenção------------ Elisa Maria Sá Pinto------A Favor------A ------ António Augusto Santos Torres ------ Abstenção------ Abstenção----------- Maria Celeste Santos Oliveira Pires Duarte ----- Maria Celeste Santos Oliveira Pires Duarte ------ José António Pecegueiro Ferreira Serrano ------- José António Pecegueiro Ferreira Serrano ------ Maria João Batista Sobreiro ------ Maria João Batista Sobreiro ------------ Célia Margarida dos Santos Craveiro -------A Favor------A Favor---------------- Renato Moço Nogueira Ribeiro ------ Renato Moço Nogueira Ribeiro ----------- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo ------ Abstenção------ Abstenção------------ Joaquim António Graça Rainho------A Favor------A Favor------------- Victor Manuel Pardal Monteiro------- Victor Manuel Pardal Monteiro-------

Vasco Gonçalo Sousa Martins	A Favor
Joaquim Neves Martinho	A Favor
António da Silva Ferreira	A Favor
João António Góis Girão	A Favor
Dora Marisa Pessoa Maia	A Favor
Raul Nunes Leitão	A Favor
Carlos António Cristino Alves	A Favor
António Correia Pardal Bispo	A Favor
Ponto 11. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal	l, a Proposta de Conformação
do Mapa de Pessoal à Redefinição da Estrutura Organizacional d	lo Município de Montemor-o-
Velho	
Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 28	8 membros da AM, realizou-se
a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maiori	a de acordo com os seguintes
resultados obtidos na votação:	
VOTAÇÕES	
Fernando Jorge dos Ramos	A Favor
Carlos Lucas Correia	A Favor
Bruno Miguel Nunes Ferrão	Abstenção
Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge	A Favor
Tiago Dinis Santos Silva	A Favor
Ana Cristina da Silva Jorge	Abstenção
Elisa Maria Sá Pinto	A Favor
António Augusto Santos Torres	Abstenção
Maria Celeste Santos Oliveira Pires Duarte	Abstenção
Fernando Pereira Nunes Curto	A Favor
José António Pecegueiro Ferreira Serrano	A Favor
Maria João Batista Sobreiro	Abstenção
Célia Margarida dos Santos Craveiro	A Favor
Renato Moço Nogueira Ribeiro	Abstenção
Luís António Girão da Fonseca	A Favor
Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo	Abstenção
Joaquim António Graça Rainho	A Favor

Ruben Emanuel Jorge Soure	A Favor
Rui Jorge Félix de Almeida	A Favor
Victor Manuel Pardal Monteiro	A Favor
Vasco Gonçalo Sousa Martins	A Favor
Joaquim Neves Martinho	A Favor
António da Silva Ferreira	A Favor
João António Góis Girão	A Favor
Dora Marisa Pessoa Maia	A Favor
Raul Nunes Leitão	A Favor
Carlos António Cristino Alves	A Favor
António Correia Pardal Bispo	A Favor
Ponto 12. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executiv	o Municipal, da
Proposta de aprovação do Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais	do Município de
Montemor-o-Velho – Criação de Unidades Orgânicas e respetivas competênc	ias
A AM tomou conhecimento da Proposta de aprovação do Regulame	nto Orgânico dos
Serviços Municipais do Município de Montemor-o-Velho – Criação de Unid	ades Orgânicas e
respetivas competências	
Ponto 13. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executiv	o Municipal, da
Transferência de competências para o Município no âmbito da saúde – Propo	osta de pronúncia
nos termos do n.º 2 do artigo 25.º do Decreto-Lei 23/2019 de 30 de janeiro.	
A AM tomou conhecimento da Transferência de competências para	a o Município no
âmbito da saúde – Proposta de pronúncia nos termos do n.º 2 do artigo 25	.º do Decreto-Lei
23/2019 de 30 de janeiro	
Ponto 14. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executiv	o Municipal, do
Aditamento ao Protocolo de Fornecimento de Refeições Escolares a crianças	da Educação Pré-
Escolar/ alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico – 2018/2019	
A AM tomou conhecimento do Aditamento ao Protocolo de Fornecim	ento de Refeições
Escolares a crianças da Educação Pré-Escolar/ alunos do 1.º Ciclo do Ensino Bá	sico – 2018/2019.
Ponto 15. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executiv	o Municipal, da
Declaração alínea a) do n.º 1 do artigo 15º da Lei 8/2012	
A AM tomou conhecimento da Declaração alínea a) do n.º 1 do artigo 1	L5º da Lei 8/2012.
Ponto 16. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executiv	o Municipal, da

Declaração alínea b) do n.º 1 do artigo 15º da Lei 8/2012
A AM tomou conhecimento da Declaração alínea b) do n.º 1 do artigo 15º da Lei 8/2012.
Ponto 17. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, Liquidação
/ dissolução da Empresa WRC – Agência de Desenvolvimento Regional, EIM, S.A
A AM tomou conhecimento da Liquidação / dissolução da Empresa WRC – Agência de
Desenvolvimento Regional, EIM, S.A
18. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Autorização
genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Isenções e/ou
reduções de taxas – Listagem de Isenções e/ou reduções de taxas concedidas entre 01/02/2019
e 31/03/2019
A AM tomou conhecimento da Autorização genérica para dispensa de autorização prévia
da Assembleia Municipal para Isenções e/ou reduções de taxas – Listagem de Isenções e/ou
reduções de taxas concedidas entre 01/02/2019 e 31/03/2019
Ponto 19. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da
Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para
Compromissos Plurianuais – Listagem de compromissos plurianuais assumidos entre
01/02/2019 e 31/03/2019
Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre)
que disse: "Eu já há pouco era para ter usado da palavra na informação escrita do Senhor
Presidente, e já era para ter usado da palavra quando vi esta questão pela primeira vez aqui na
Câmara. Nós temos aqui na listagem de compromissos plurianuais assumidos, esta questão do
Arquivandus eu penso que isto tem a ver com arquivos e com digitalização e com software para,
certamente, alojar tudo o que é o histórico da Câmara de processo, processual digamos assim, e
depois temos aqui contratação de aquisição de serviços para a prestação de serviços para
conclusão do processo do SIADAP-biénio 2017/2018, e implementação do processo de SIADAP
biénio 2019/2020
Eu não vou fazer nenhuma pergunta, porque isto efetivamente já vem anteriormente.
Eu só vou fazer aqui as seguintes considerações. Eu às vezes costumo dizer que a Câmara
Municipal é um país dentro de outro país. E porquê? Porque certamente há aqui muitas pessoas
indificipal e uni pais deficio de outro pais. E porque: Forque certamente na aqui muitas pessoas
que estão ligadas à Administração Pública, nuns setores ou noutros, e toda a gente tem o SIADAP,

ponto! E, portanto, se falam em poupança, se não se podem reduzir os impostos aos Munícipes
vamos gastar 14.760,00€ numa empresa para implementar o SIADAP, e é isto. É isto que temos
Enquanto temos dentro do mesmo país outras organizações da Administração Pública, que tem
de trabalhar durante a semana, durante o fim-de-semana, que tem de responder a reclamações
que tem de implementar, e que não tem ajuda de ninguém. É isto que temos!"
O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: "Se noutras prestações de serviços eu sou
relutante e sou o primeiro a dizer que não quero, e que faço esforço para que sejam feitas as
coisas na Câmara, nesta é uma opção clara, assumida, eu quero que seja assim. Que seja uma
entidade externa a fazer o SIADAP, ponto! E por isso mesmo tenho muito orgulho em dizer que
foi-me dito pelos Sindicatos o ano passado que era a única Câmara aqui na redondeza que tinha
o SIADAP incontestavelmente bem feito, sem reclamações e bem instruído e portanto é isso que
eu privilegio. A questão que se coloca aqui é uma opção clara do Presidente da Câmara."
Usou da palavra o senhor PMAM para informar o seguinte: "Dra. Ana Cristina Jorge
percebemos isso, não se pôs em causa a declaração da questão plurianual, pôs-se em causa a
questão política. Sei que a sua opção seria outra. Pelos vistos os resultados são bons."
A AM tomou conhecimento da Autorização genérica para dispensa de autorização prévia
da Assembleia Municipal para Compromissos Plurianuais – Listagem de compromissos
plurianuais assumidos entre 01/02/2019 e 31/03/2019
Ponto 20. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Assunção de compromisso
plurianual - Reabilitação Urbana em ARU - Reabilitação do edifício da antiga GNR
Usou da palavra o senhor PMAM que disse: "Não havendo nenhum pedido de palavra
o que é relevante e importante e, portanto, iria passar de imediato à votação do ponto número
20 da nossa ordem de trabalhos
Encontrando-se presentes 26 membros da AM, realizou-se a votação da proposta
apresentada, que foi aprovada por unanimidade de acordo com os seguintes resultados obtidos
na votação:
VOTAÇÕES
Fernando Jorge dos RamosA Favor
Álvaro António Mota CavaleiroA Favor
Carlos Lucas CorreiaA Favor
Bruno Miguel Nunes FerrãoA Favor
Maria Albertina Moleiro Ferreira JorgeA Favor

Tiago Dinis Santos Silva	A Favor
Ana Cristina da Silva Jorge	A Favor
Elisa Maria Sá Pinto	A Favor
António Augusto Santos Torres	A Favor
Francisco José Couceiro Nobre	A Favor
Fernando Pereira Nunes Curto	A Favor
José António Pecegueiro Ferreira Serrano	A Favor
Maria João Batista Sobreiro	A Favor
Célia Margarida dos Santos Craveiro	A Favor
Renato Moço Nogueira Ribeiro	A Favor
Luís António Girão da Fonseca	A Favor
Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo	A Favor
Joaquim António Graça Rainho	A Favor
Ruben Emanuel Jorge Soure	A Favor
Rui Jorge Félix de Almeida	A Favor
Victor Manuel Pardal Monteiro	A Favor
Vasco Gonçalo Sousa Martins	A Favor
Joaquim Neves Martinho	A Favor
António da Silva Ferreira	A Favor
João António Góis Girão	A Favor
Carlos António Cristino Alves	A Favor
Usou da palavra o PMAM que disse: "Antes de encerrar a Assembleia, e	u queria apenas
relembrar os senhores, membros da Assembleia Municipal daquilo que disse refe	erente à questão
inicial. Estamos no mês de abril, estamos com as Comemorações do 25 de abril	e, portanto, por
favor, se for essa a vossa vontade, não se esqueçam da inscrição na caminhada. Porém, sendo	
esta uma Assembleia Ordinária e tendo o Senhor José Mendes Simões Monteiro estado na	
Assembleia, apesar de agora já se ter ausentado, ele deixou aqui um conjunto de pontos, eu vou	
enfim tentar ler, eu passo isto aos Serviços, uma é uma questão sobre o trânsito que atravessa o	
campo da Carapinheira, outro é relativamente ao Pão de Açúcar, também já aqui analisamos	
esse assunto, outro é referente à continuação das obras de saneamento da freguesia de	
Carapinheira e outro ainda a requalificação do Largo do Alhastro. Portanto, são assuntos que eu	
vou reencaminhar para o senhor PCM, e que os Serviços podem dar resposta	

Sessão ordinária de 2019, abril, 15

Portanto, retomando então aquilo que estava a dizer, de facto estando em abril agradeço
a vossa colaboração nos diversos momentos da Comemoração do 25 de abril, particularmente
como disse no início, a questão da inscrição para a caminhada por questões logísticas
Uma boa tarde e está encerrada a Assembleia Municipal"
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,
Fernando Jorge dos Ramos
O PRIMEIRO SECRETÁRIO
Carlos Lucas Correia
O SEGUNDO SECRETÁRIO,

Célia Margarida dos Santos Craveiro.

APRESENTADO EM SESSÃO DE



MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO

, Delib	eração	: *
OMOVADO	MI	WARMI-
Mida	do	7
7	7	
@ Sec	retário	

15/04/2W9

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

☐ PROPOSTA	□ INTERVENÇÃO		
☐ DECLARAÇÃO DE VOTO	☐ RECOMENDAÇÃO		
x moção	☐ REQUERIMENTO		

ASSUNTO: Congratulação de aniversário______

A bancada do Partido Socialista (PS) da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho felicita as diversas associações do concelho, abaixo mencionadas, por mais um aniversário, realçando o seu relevante e imprescindível contributo para o desenvolvimento do concelho ao nível social, cultural e desportivo.

Os signatários fazem votos de que continuem a prestar à comunidade um trabalho dedicado e constante, que merece todo o respeito e reconhecimento.

- . Sociedade Columbófila da Carapinheira
- . Associação de Estudantes da Escola Secundária de Montemor-o-Velho
- . Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho
- . Centro Beira Mondego
- . APPACDM Unidade Funcional de Montemor-o-Velho
- . Azul Rolante Clube de Automóveis Antigos
- . Casa do Benfica de Montemor-o-Velho
- . Circulo de Xadrez Montemor-o-Velho
- . Associação Fernão Mendes Pinto
- . Associação dos Dadores de Sangue da Vila de Pereira
- . Associação dos Amigos do Casal Minhoto e Casais Velhos
- . Centro Humanitário do Baixo Mondego da Cruz Vermelha Portuguesa

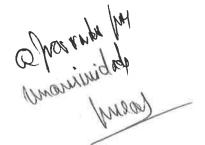
(Agradece-se a divulgação desta comunicação por todas as entidades mencionadas)

PAÇOS DO MUNICÍPIO

Pela bancada do Partido Socialista

way

EM 15/04/2019





MOÇÃO

Assunto - Aniversários

O Grupo da COLIGAÇÃO "Por Montemor, Tudo e Sempre, PPD/PSD- CDS/PP", da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho apresenta, na passagem de mais um aniversário, sinceros votos de parabéns e de continuação de êxitos futuros, às seguintes Associações:

ACADEMIA MUSICAL ARAZEDENSE

ASSOCIAÇÃO RECREATIVA, CULTURAL E DESPORTIVA DA CABEÇA ALTA

CENTRO CULTURAL, RECREATIVO E DESPORTIVO DO MOINHO DA MATA

CENTRO SOCIAL E CULTURAL DA BUNHOSA

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DAS MEÃS

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SANTO VARÃO

CENTRO SOCIAL, RECREATIVO E CULTURAL DAS FAÍSCAS

CLUBE DESPORTIVO CARAPINHEIRENSE

COOPERATIVA AGRÍCOLA DO BEBEDOURO

COOPERATIVA TEATRO DOS CASTELOS

GRUPO CÉNICO AMADOR DA PORTELA

GRUPO FOLCLÓRICO DA VILA DE PEREIRA

GRUPO MOTARD DA GÂNDARA

RANCHO FOLCLÓRICO CAMÉLIAS DA GÂNDARA

Montemor-o-Velho, 15 de abril de 2019

P'la Bancada da Coligação Por Montemor, Tudo e Sempre, PPD/PSD- CDS/PP", da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho.

Sidia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo

(Dar conhecimento às entidades mencionadas)

Apresend Att James 2019

Resortado for Ango nº3
18 vitos contre
18 vitos contre
12 absterios farieres
12 NOW

Moção

Pelo direito ao transporte público mais barato e acessível

A consagração de um programa dirigido à redução tarifária (PART) na Lei do Orçamento do Estado para 2019 constitui um avanço de inegável significado. Não se trata apenas de um passo na garantia ao direito à mobilidade e ao uso do transporte publico mas também uma medida de grande alcance e importância para os trabalhadores, e a população em geral, com repercussões directas nos seus rendimentos.

Preço máximo do passe social - seja qual for a forma concreta deste título de transporte – de 40 euros no âmbito da comunidade Intermunicipal e de 30 euros nos limites de cada município é um objectivo que se impõe concretizar também no território desta região. A que se deve adicionar o objectivo de assegurar a gratuitidade de uso para menores de 12 anos, a redução em 50% para a população com mais de 65 anos e a implementação do passe família.

A CDU orgulha-se de com a sua intervenção ao longo de anos, a par com a luta dos utentes, ter prosseguido este objectivo em particular nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, onde se lutou pelo alargamento de um título de transporte já existente, o Andante no Porto e o Passe Social Intermodal em Lisboa. Mas como também desde o primeiro momento em que ganhou forma e concretização este objectivo se sublinhou que esta medida deve ser alargada a todo o País. Foi nesse sentido que o PCP interveio na discussão do Orçamento do Estado tendo proposto e feito aprovar um reforço de 21 milhões de euros à verba inicialmente inscrita bem como uma explicitação mais clara da abrangência nacional desta medida.

Considerando estes factos e tendo presente que cabe aos municípios e às comunidades intermunicipais a responsabilidade de dar concretização prática a esta medida;

Considerando que para lá das verbas inscritas no PART, que carecem de reforço no futuro próximo, os municípios podem e devem considerar a afectação de meios não só à redução do tarifário como ao alargamento da oferta,

a Assembleia Municipal de Montemor-oVelho reunida em 15 de Abril de 2019, delibera:

- 1. Incumbir a Câmara Municipal promover os procedimentos necessários para garantir que no território do seu município e no da Comunidade Intermunicipal o preço máximo do Passe para uso da rede de transporte público seja respectivamente de 30 e 40 euros;
- 2. Garantir o seu uso em toda a rede e em todos os operadores, públicos ou privados, de transporte público assegurando ainda que a sua extensão gratuita até aos 12 anos e a redução para a população com mais de 65 anos;
- 3. Intervir no âmbito da Comunidade Intermunicipal para que as deslocações em linha que envolvam o território de Comunidades (ou Área Metropolitana) contíguas tenham uma redução de preço correspondente à que cumulativamente vigore no território abrangido;
- 4. Exigir da Câmara Municipal que proceda, no âmbito cada aplicação do PART e em particular do processo de renovação do concurso para a prestação de serviço público, em articulação com a Comunidade Intermunicipal, ao aumento da oferta disponível;
- 5. Exigir da Administração Central, e do governo em particular, as medidas que visem: i) consagrar em legislação o regime de redução tarifária agora inscrito em Lei de OE; ii) garantir que o OE para 2020 consolide e amplie os montantes afectos ao PART, quer por via da sua correspondência à anualização da medida (em

2019 a dotação leva em linha de conta a sua entrada em vigor no máximo a partir de Abril), quer por via do reforço real de meios financeiros; iii) reforçar a oferta ferroviária, no imediato pela contratação de trabalhadores que assegurem a partir da EMEF a reparação de material circulante, e a médio prazo pela aquisição de comboios, eletrificação, modernização e expansão da rede.

fau Cabales 120lin Ross CV



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO RECOMENDAÇÃO

Assunto: substituição do uso do plástico.

A Bancada da COLIGAÇÃO "POR MONTEMOR TUDO E SEMPRE (PPD/PSD – CDS/PP), da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, através do seu membro Ana Cristina da Silva Jorge, vem por intermédio da mesa da Assembleia Municipal recomendar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal a implementação de garrafas reutilizáveis e filtros purificadores de água. A implementação desta medida acabará com o desperdício das garrafas de plástico agora em uso, sendo uma economia para o município, um contributo para a defesa do ambiente e uma obrigatoriedade a partir de janeiro de 2019 pois estão proibidos todos os concursos públicos de aquisição de material para a administração e empresas públicas.

Tal medida já se encontra em vigor na Assembleia da República e em muitos organismos da administração pública.

Recomenda ainda a substituição de sacos de plástico do município por sacos reutilizáveis ou de papel.

A Coligação "Por Montemor Tudo e Sempre"

O (A) Deputado(a) Municipal

Montemor-o-Velho, 15 de abril de 2019

de Campanis Hamilton



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

REQUERIMENTO

Assunto: contas descriminadas da iniciativa "Castelo Mágico"

A Bancada da COLIGAÇÃO "POR MONTEMOR TUDO E SEMPRE (PPD/PSD – CDS/PP), da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, vem por intermédio da mesa da Assembleia Municipal, através do seu membro Ana Cristina da Silva Jorge, requerer relatório pormenorizado das despesas e receitas da iniciativa "Castelo Mágico" ocorrida em dezembro de 2018.

A Coligação "Por Montemor Tudo e Sempre"

O (A) Deputado(a) Municipal

Montemor-o-Velho, 15 de abril de 2019

Lo Senhon harde te procedieto
de Cântine procedieto
competite 15/Abreil 2019



AH 15/Amil 2019

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

REQUERIMENTO

Assunto: diligências efetuadas pelo município

A Bancada da COLIGAÇÃO "POR MONTEMOR TUDO E SEMPRE (PPD/PSD – CDS/PP), da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, vem por intermédio da mesa da Assembleia Municipal, através do seu membro Ana Cristina da Silva Jorge, requerer todas as diligências efetuadas / tomadas pelo município com o /a proprietário (a) da casa sita em Gatões, no Largo Dr° José Périe a qual poderá ruir a qualquer momento.

A mesma está resguardada com grades da Proteção Civil requerendo também ao executivo que informe esta deputada municipal do interesse das mesmas, uma vez que não estão a desviar o trânsito nem tão pouco, em caso de as paredes ruírem, salvaguardarem o que quer que seja ou quem quer que seja.

A Coligação "Por Montemor Tudo e Sempre"

O (A) Deputado(a) Municipal

Montemor-o-Velho, 15 de abril de 2019

Church head FREGUESIA I (Concelho de



Moção de Parabéns/Voto de Pesar

A Freguesia da Carapinheira através do seu presidente de junta de freguesia, Victor Manuel Pardal Monteiro, vem por este meio apresentar a esta Assembleia Municipal a seguinte Moção:

Após 4 meses (janeiro a abril) de atividade física e desportiva chega ao fim a V Edição do Torneio de Futebol Salão Inter - Freguesias do Concelho de Montemoro-Velho, organizado pela Camara Municipal.

Contou com a participação da Junta de Freguesia de U F Abrunheira/Verride/V N Barca, J F Ereira, U F Montemor e Gatões, J F Carapinheira, J F Meãs, J F Liceia e JF Seixo Gatões, estando envolvidos nesta edição cerca de uma centena de participantes em representação das várias freguesias.

Esta iniciativa veio, uma vez mais, promover as diferentes modalidades desportivas no concelho, que contribuem diretamente para a promoção da prática desportiva continuada e para a aquisição de hábitos de vida saudáveis.

Consideramos, pois, que a presente edição se orientou pelo grande espírito de Fair play, competição e da solidariedade entre todos os participantes, quer atletas, quer responsáveis pelas equipas e técnicos responsáveis pela organização.

Durante estes meses houve a oportunidade de desenvolver uma atividade física regular, partilhar e criar relações de amizade e desta forma dignificar e contribuir para o que somos enquanto homens e elementos de uma sociedade que se quer justa e solidária e saudável.

Convém dizer que ao longo destes meses de torneio existiram momentos diabólicos de competição, emoção, paixão e até magia.

Importa agradecer a todos os intervenientes, Juntas de Freguesias, Associação de Futebol de Coimbra e Conselho de Arbitragem da A F C que tornaram possível a realização desta V Edição do Torneio Inter freguesias do Concelho de Montemor-o-Velho...

Parabéns especiais á freguesia vencedora do torneio UF Montemor e Gatões.

Parabéns a todas as outras pela excelente participação.

Os técnicos da organização da Camara municipal e o pelouro do desporto estão também de parabéns pelo excelente trabalho realizado durante o torneio e pela forma como este decorreu. "a interação com os intervenientes" foi constante e de

A pece te do
AM pero



realçar. Neste torneio aprendeu-se "uns com os outros", num somatório com uma "amizade que fica."

Destaca-se aqui a forma como esta organização reagiu a trágica noticia do Falecimento do atleta participante da freguesia de Meãs do Campo o Sr. Fábio Mendes. E a homenagem póstuma prestada nas Meãs do Campo

XXXXXXX

Desta forma deixo aqui:

um "VOTO DE PESAR" pelo falecimento no dia 16 de março de 2019, do Exmo. Senhor Fábio Emanuel Fonseca Mendes, natural da Freguesia de Meãs do Campo com o seguinte teor:

"O Senhor Fábio Emanuel Fonseca Mendes foi um cidadão exemplar, um atleta dedicado e competente e um defensor da sua terra. Era uma pessoa frontal, autêntico, amava a sua terra e o seu Concelho. Foi jogador de vários clubes de futebol, e participante nos torneios inter-freguesias do nosso concelho, cumprindo de forma dedicada e entusiasta as suas funções.

Pelo seu curto percurso de vida, demonstrou ser uma pessoa sociável, participativa, honesta, trabalhadora e digna.

Propõe-se que a Assembleia Municipal delibere:

- 1. Aprovar o presente "Voto de Pesar" pelo falecimento do Senhor Fábio Emanuel Fonseca Mendes.
- 2. Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste "Voto de Pesar".

O presidente de Junta de freguesia

Victor Manuel Pardal Monteiro

Viztaniti